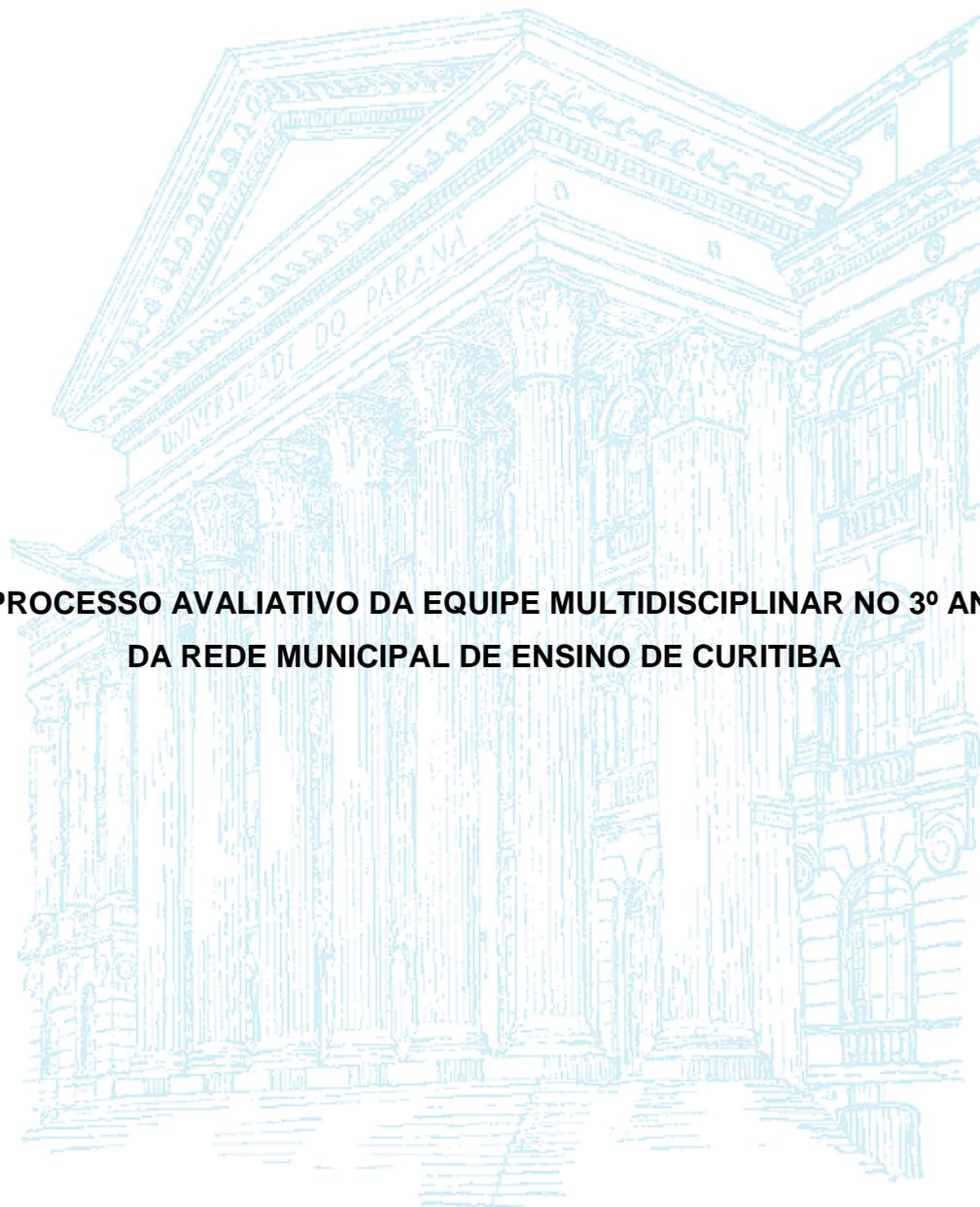


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

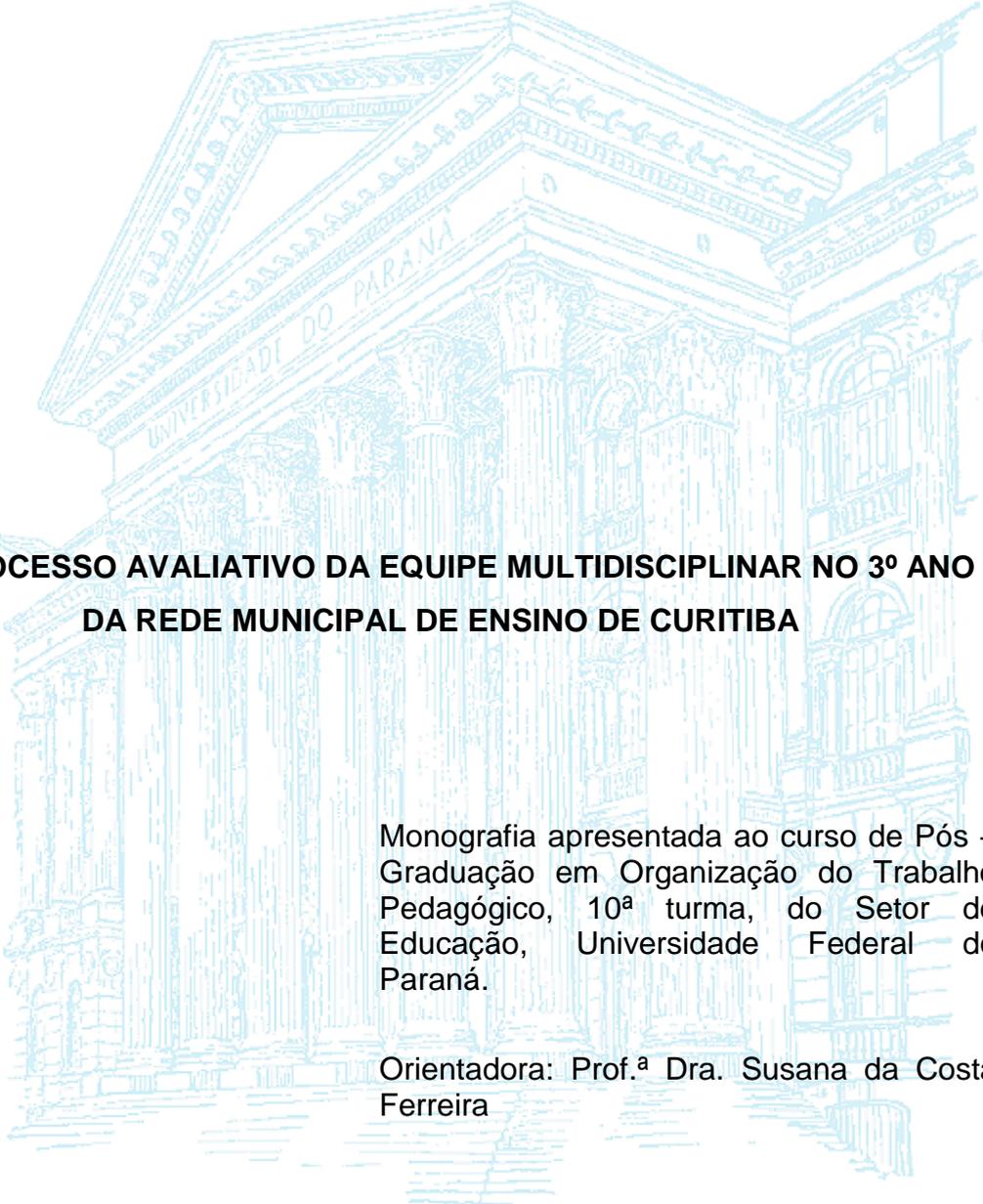
**MARIANA DE OLIVEIRA TOZATO**

**O PROCESSO AVALIATIVO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO 3º ANO  
DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA**



Curitiba, 2011

**MARIANA DE OLIVEIRA TOZATO**



**O PROCESSO AVALIATIVO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO 3º ANO  
DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA**

Monografia apresentada ao curso de Pós –  
Graduação em Organização do Trabalho  
Pedagógico, 10ª turma, do Setor de  
Educação, Universidade Federal do  
Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Susana da Costa  
Ferreira

Curitiba, 2011

## FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIANA DE OLIVEIRA TOZATO

O PROCESSO AVALIATIVO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO 3º ANO DA  
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção  
do  
grau de especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela  
Universidade Federal do Paraná.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Susana da Costa Ferreira  
Universidade Federal do Paraná

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Dativa Salles  
Universidade Federal do Paraná

Conceito final: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Reverencio a professora Doutora Susana da Costa Ferreira pela oportunidade em receber seu acompanhamento, ajuda, disponibilidade, pelas críticas relevantes e sugestões construtivas nas orientações da monografia.

Agradeço ao meu namorado pela sua paciência e ajuda na construção dos gráficos assim como o apoio nos momentos mais difíceis ao longo desta caminhada.

Ao Coordenador do curso, Doutor Gracialino da Silva Dias, pelo incentivo, simpatia, presteza no auxílio e discussões referentes às atividades acadêmicas.

Agradeço a professora Doutora Maria Dativa Salles Gonçalves pela análise criteriosa na monografia.

A todos os professores da 10ª Turma de especialização em Organização do Trabalho Pedagógico pela dedicação e por me fazer perceber a relevância de temas que não faziam parte, em profundidade, da minha vida.

A Denize Frasson Sanchez pelas informações cedidas na pesquisa de campo.

Aos colegas de classe pelas trocas de informações e conhecimentos. E, especialmente, a Deus pelo privilégio em frequentar este curso.

## RESUMO

TOZATO, Mariana de Oliveira. O processo avaliativo da equipe multidisciplinar no 3º ano da rede municipal de ensino de Curitiba. 2011. f. Monografia (Especialização em Organização do trabalho pedagógico: a relação entre a Escola Pública e Educação Popular) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Curitiba há possibilidade do estudante ser retido apenas no 3º e 5º ano. A pesquisa restringe-se apenas ao 3º ano, porque será o primeiro momento em que acontecerá uma análise minuciosa da condição de aprendizagem com o intuito de diagnosticar se o aluno terá continuidade no Ciclo. Considerando a existência de aprendizes que não possuem aptidões para prosseguir para o próximo ano e que foram aprovados pela Equipe Multidisciplinar (muitas vezes com a discordância dos docentes, pais ou até da Equipe Pedagógica, da escola) a pesquisa trata de um estudo de caso que identifica os critérios definidos pela gestão da educação pública no que se refere à promoção ou retenção do aluno. Para tanto, buscou compreender a organização e constituição da Equipe Multidisciplinar, conhecer o processo histórico da avaliação em relação ao sistema de ciclos de aprendizagem e analisar a condição escolar de uma amostragem dos alunos do 3º ano que progridem no ciclo sem atingir os conteúdos propostos.

**Palavras-chave:** avaliação; aprendizagem; ciclos; Equipe Multidisciplinar.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>03</b>
<b>1. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E OS CICLOS.....</b>	<b>07</b>
1.1 A HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO ESCOLAR E A FORMAÇÃO DOS CICLOS DE APRENDIZAGEM NO BRASIL.....	10
1.2 A HISTÓRIA DOS CICLOS DE APRENDIZAGEM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM CURITIBA.....	14
1.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NA APRENDIZAGEM.....	16
1.4 A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA.....	17
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>20</b>
2.1 ESTUDO DE CASO.....	20
2.2 RESULTADOS.....	22
2.2.1 Resultados em Matemática.....	23
2.2.2 Resultados em Língua Portuguesa.....	31
<b>3. DISCUSSÕES, CONCLUSÕES OU REFLEXÕES.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

A avaliação escolar sempre refletiu, de alguma forma, questões polêmicas e atualmente continua sendo alvo de investigação, considerando que a educação possui políticas públicas sistematizadas por determinações de instância superior que interfere na educação escolar.

Investigamos alguns aspectos da avaliação na Rede Municipal de Ensino de Curitiba que adota o sistema de ciclos. Durante o ano todo os alunos são avaliados pelos professores e incluídos na discussão do Conselho de Classe.

O Conselho de Classe é constituído pelo professor regente e pelos professores de áreas específicas como a de Educação Física e do Ensino da Arte.

Quando o aluno do 3º ano da escola pública não atingiu os objetivos propostos pelas avaliações do conteúdo escolar, após todos os momentos avaliativos no decorrer do ano letivo, estará submetido a uma decisão final realizada pela Equipe Multidisciplinar, que define se o aluno terá condição de ser aprovado ou se deverá permanecer retido no primeiro ciclo.

No entanto, considerando a existência de alunos com dificuldade de aprendizagem, impeditiva do prosseguimento de estudos no ano letivo seguinte e que foram aprovados pela Equipe Multidisciplinar (muitas vezes com a discordância dos docentes, pais ou até da Equipe Pedagógica da escola), configuramos a presente pesquisa com o título: “O processo avaliativo da Equipe Multidisciplinar da Rede Municipal de Ensino de Curitiba”.

Considerando a divergência entre escola (composta por pais e professores) e alguns representantes da Equipe Multidisciplinar (Núcleo Regional de Educação) frente à decisão de aprovação do indivíduo sem condições de prosseguir no primeiro ciclo, surge a problemática: os critérios de avaliação da aprendizagem são fielmente utilizados pela Equipe Multidisciplinar para promover ou reter o aluno no 3º ano?

Em junho de 2010 tomamos contato com a publicação do caderno de critérios de avaliação da aprendizagem escolar da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, o qual será incluído como uma das bases para a presente pesquisa.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano há possibilidade do aluno ser retido apenas no 3º e 5º ano. A delimitação de nossa pesquisa restringe-se apenas ao 3º ano, porque será o primeiro momento em que acontecerá uma análise minuciosa da condição de aprendizagem do aluno com o intuito de diagnosticar se o aluno permanece no 3º ano ou prossegue no Ciclo para o 4º ano.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é identificar se os critérios são rigorosamente utilizados pela Equipe Multidisciplinar, critérios estes definidos pela gestão da educação pública no que se refere à promoção ou retenção do aluno do 3º ano.

Os objetivos específicos são: compreender a organização e constituição da Equipe Multidisciplinar; conhecer o processo histórico da avaliação em relação ao sistema de ciclos de aprendizagem; analisar a condição escolar de uma amostragem dos alunos do 3º ano que progridem no ciclo sem atingir os conteúdos propostos.

A educação escolar, de modo geral, absorve as conseqüências das transformações sociais que influem objetivamente nas políticas públicas educacionais do sistema. Nesta perspectiva, toda mudança na política educacional reflete na instituição de ensino e, especificamente nos resultados obtidos na formação do educando por meio da avaliação da aprendizagem.

É nesse sentido que se apresenta a importância de se investigar alguns aspectos de avaliação no sistema de ciclos de aprendizagem, a qual contém uma concepção de educação formulada por uma gestão específica e uma política educacional que entendemos compatível com tal concepção.

A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela escola pública municipal e implementa políticas educacionais quanto à organização e funcionamento das instituições escolares, definindo a filosofia da educação, os conteúdos a serem trabalhados, os objetivos de aprendizagem na formação das crianças e os critérios do que avaliar e como avaliar a aprendizagem do aluno.

Portanto, entendendo que os critérios avaliação são estabelecidos pela gestão educacional é essencial conhecê-los para verificar se estão sendo rigorosamente utilizados no momento de se avaliar o aluno.

O âmago da intenção da pesquisa pretende averiguar se os critérios avaliativos, frente à progressão ou retenção de um aluno, têm princípios de real acompanhamento na aprendizagem por meio de um resultado fidedigno ou é apenas mais um indicativo de controle sobre a escolarização.

Para VANDERLEY (1984, p. 65), “se este controle existe obviamente pelas classes dominantes, a luta é de se saber como as classes populares poderão exercer democraticamente seu direito de participar e decidir sobre a educação que recebem”.

Neste sentido, partindo da citação de Vanderley a gestão educacional possivelmente é representada pela classe dominante, a qual determina a organização e o funcionamento da educação municipal pública, controla o trabalho pedagógico.

No primeiro capítulo da monografia “A avaliação da aprendizagem e os ciclos”, Luckesi (2008), Mattos (2009), Salinas (2004), Paro (2001), Barbosa e Correa (2007) são aportes teóricos que trataram as relações existentes entre o processo avaliativo e sua interação na educação ciclada.

No segundo item: “História da avaliação escolar e a formação dos ciclos de aprendizagem no Brasil”, caracterizado como o segundo subtema da presente monografia, foram retomados alguns argumentos de Alavarse (2007), Knoblauch (2003) e foram investigadas historicamente as leis da educação a partir da década de 20 até a atualidade.

Em “História dos ciclos de aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Curitiba” foram apontados pareceres e definições quanto à implementação da ciclagem nas escolas.

No terceiro item “Critérios de avaliação da aprendizagem”, Luckesi (2008) nos ajudou a revelar porque é fundamental criar critérios avaliativos e Fruet (2010) nos auxiliou nas explicações sobre a criação do caderno de critérios de avaliação no ensino municipal de Curitiba.

O último item “Equipe Multidisciplinar na Rede Municipal de Ensino”, se orienta para explicar a constituição da equipe multidisciplinar e sua função no momento avaliativo.

O estudo de caso nos pareceu adequado como metodologia. O objeto de pesquisa de campo teve início a partir da análise dos dados sobre a avaliação de uma turma de 3º ano com 25 alunos.

Foram analisados os resultados dos alunos nas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, com a utilização do caderno de critérios de avaliação da aprendizagem publicado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba. Foi observado ainda, pela pesquisadora, o momento em que ocorreu a reunião da Equipe Multidisciplinar. As respostas relativas a um questionário dirigido à equipe pedagógica da escola foram analisadas como contraponto das análises e observações.

## 1. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E OS CICLOS

A concepção de avaliação está profundamente relacionada a uma concepção de educação, de sociedade e de conhecimento de um determinado período histórico.

Portanto, Luckesi (2008, p. 28) comenta que “a avaliação não se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico do mundo e da educação, traduzido em prática pedagógica.”

A sistematização da escola organizada em ciclos foi construída ao longo de uma historicidade fundamentada em um campo teórico que até hoje se encontra em debate.

O ciclo é um percurso pedagógico diferenciado ao sistema seriado porque emprega outros paradigmas no sistema educativo.

A organização escolar como as dos Ciclos de Aprendizagem, eliminando a reprovação entre as séries é uma proposta estabelecida no Brasil desde o início do século XX. As inquietações a respeito da repetência impulsionaram essas discussões [...] (MATTOS, 2009, p. 5).

A implementação de políticas para a educação ciclada no Brasil pode ser apontada ou pode ser vista como uma das principais responsáveis pela realização de transformações na prática da avaliação da aprendizagem, uma vez que tal política supõe uma ruptura com o sistema seriado e com a avaliação para reprovação.

A escola organizada em ciclos valoriza a extinção de práticas avaliativas, como por exemplo, as provas que utilizam notas como um meio de medir se o aluno obteve ou não aprendizagem num determinado conteúdo.

São consideradas as informações da aprendizagem do aluno para que se possam realizar propostas de avanços com o objetivo de garantir a progressão contínua.

Segundo Salinas (2004, p. 23),

[...] evidenciar ou constatar as aprendizagens alcançadas por um aluno é indispensável para melhorar o nosso ensino e as situações de aprendizagem que planejamos para os nossos alunos, mas também faz parte da obrigatoriedade de informar tais avanços, registrando-os oficialmente por escrito.

Geralmente as formas avaliativas no sistema de ciclos são descritivas, reveladas por meio de registros em fichas, pareceres, relatórios ou outras formas para relatar como se encontra o processo de aprendizagem do aluno.

A organização do trabalho pedagógico em ciclos de aprendizagem evidencia a avaliação como um instrumento que promove e acompanha o aluno no processo de aprendizagem, a partir de objetivos que foram ou não alcançados no conteúdo escolar.

Para Paro (2001, p. ?):

A aprovação automática, apesar de seu valor intrínseco, não está imune a sua utilização com propósitos alheios à promoção da qualidade do ensino. A impressão negativa causada pelas altas estatísticas de reprovação e evasão escolar nos vários sistemas de ensino tem levado governantes impopulares a lançar mão de expedientes nada pedagógicos para provocar a queda dessas estatísticas, de modo a parecer que tais quedas tenham sido resultado de alguma melhoria na eficiência da escola (PARO, 2001).

Embora a progressão automática seja diferente de ciclagem, em ambos não ocorre à reprovação. No primeiro, o aluno segue para o próximo ano independente da sua condição de aprendizagem. Já no segundo caso, o estudante pode permanecer no Ciclo, mas recebendo um acompanhamento paralelo no processo de ensino-aprendizagem.

Complementando a idéia de Paro entendemos que acabar com a reprovação escolar mascara a verdadeira estatística dos índices da qualidade da educação e não garante fidedignamente a melhoria do ensino.

No entanto, o sistema de ciclos na aprendizagem traz a ruptura com o sistema de mera reprovação, o qual pode ser visto por alguns como um ato excludente e punitivo ao aluno, porque traz o significado da reiteração da "não aprendizagem".

O mecanismo de seletividade na escola seriada, tem como exemplo a nota, podendo gerar a reprovação escolar. Isso significa a repetição de um ano de escolaridade quando o aluno não atingiu um determinado valor numérico que estabelece o sucesso, ou seja, a aprovação.

Nesse sentido, a promoção contínua substitui o modelo de seriação considerando que o processo avaliativo é inovador e que pode solucionar o problema da exclusão.

Paro (2001, p. 114) contraria este sistema avaliativo inovador e refere-se aos ciclos nos seguintes termos:

[...] Só que ele (o ciclo, para nosso trabalho, considera-se a aprovação por Conselho de Classe) também tem uma falha muito grande porque, o aluno, ele é aprovado, aprovado, aprovado e não existe um acompanhamento paralelo [...].

O sistema de ciclos supõe o acompanhamento paralelo como, por exemplo, o reforço escolar no contraturno. Tal problemática, encontrada nas escolas, não será resolvida apenas com a substituição do processo avaliativo seriado pelo ciclo. A resolução dos problemas criará outros para discussão.

A causa da reprovação ou progressão do aluno que possui dificuldades de aprendizagem no ciclo ultrapassa os limites de um modelo avaliativo.

Há outras causas dos índices de reprovação que estão ligadas a uma política pública que norteia as condições de trabalho e interferem na qualidade de ensino, seja em termos de infraestrutura ou funcionamento da escola pública.

Barbosa e Correa (2007) revelam em suas análises de pesquisa situações que interfere no processo do ensino no sistema de ciclagem e que estão diretamente ligadas a avaliação da aprendizagem.

Comenta Barbosa e Correa (2007, p. 11):

[...] situações que passaram a não contribuir para a aquisição da aprendizagem com qualidade e que surgiram após a implantação dos ciclos de aprendizagem. As situações relacionadas são: falta de estrutura e recursos humanos; formação deficiente do professor; currículo seriado; falta de respeito com a opinião do professor; a imposição na implantação da política educacional atual; proposta utópica; falta de interação entre etapas e ciclos (sua essência ainda é seriada); equipe multidisciplinar; retenção dos alunos apenas no final do ciclo; sucateamento da qualidade do ensino - aprendizagem; aprovação de alunos sem o domínio dos pré-requisitos necessários; falta de interesse de conteúdos determinados; falta de especialistas para auxiliar no processo; morosidade dos atendimentos especializados.

Nos apontamentos de Barbosa e Correa (2007), a política educacional pode determinar a organização e o funcionamento das escolas tanto em infraestrutura quanto no currículo, portanto também se expressa na avaliação. No caso da ciclagem, interfere no processo avaliativo e não garante precisamente a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem.

A reestruturação, com vistas a uma reorganização de ensino, necessariamente prevê mudanças metodológicas, curriculares e aponta um novo caminho a ser construído para as práticas avaliativas.

## 1.1 A HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO ESCOLAR E A FORMAÇÃO DOS CICLOS DE APRENDIZAGEM NO BRASIL

Em virtude dos altos índices de reprovação e evasão escolar, expressos em anos anteriores à década de 90, surge a preocupação e a necessidade de reformular políticas educacionais com vistas a superação da repetência escolar.

Com o artigo 23 da LDB 9394/96, fica explícita a indicação de que Municípios e Estados possam se organizar no sistema de ciclos de aprendizagem; todavia, retomando a história da organização do sistema avaliativo no Brasil, é possível entender as propostas educativas que se voltam para melhoria do ensino e buscam diminuir os altos índices de reprovação.

Na década de 20, KNOBLAUCH (2003) relata que a política educacional da época buscava oferecer a primeira escolaridade proporcionando escolas alfabetizadoras.

Dessa forma, “a alfabetização era vista como uma forma de possibilitar a modernização do país e a nacionalização dos imigrantes estrangeiros, portanto, uma questão essencial no início do século XX”. (KNOBLAUCH, 2003, p. 16).

Nesta época, a Lei nº 1750 de 1920, evidenciou a obrigação de frequência obrigatória das crianças de 7 a 12 anos e de uma escola alfabetizante organizada em dois âmbitos: “o primeiro ano seria responsável pela alfabetização [...] e o segundo ano seria responsável pelo aprofundamento dessas noções, além do estudo a respeito do país”. (KNOBLAUCH, 2003, p. 17).

Percebe-se a expansão da proposta de alfabetização relacionada à preocupação com a nacionalização e o preparo das classes populares, porém a referida preocupação estava ainda distante de rever tanto a organização, quanto a prática pedagógica das instituições com altos índices de repetência.

Diante da problemática educacional estendida para as preocupações sobre a reprovação, foi nas décadas de 30 e 40 que o paradigma da Escola Nova trouxe uma nova visão de Educação, todavia a progressão automática somente veio ganhar força na década de 50.

A Conferência Regional Latino – Americana sobre Educação Primária Gratuita e Obrigatória nos anos 50 considerou: “[...] que se estabeleçam práticas que promovam o progresso contínuo dos alunos e se baseiem nos resultados dos estudos científicos sobre a matéria.” (Conferência Regional Latino – Americana sobre Educação Primária Gratuita e Obrigatória, 1956. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.26, n.63, p.170).

Em 1950, a UNESCO<sup>1</sup> realizou a Conferência Regional Latino – Americana sobre Educação Primária e Gratuita para resolver a agravante da reprovação escolar, porque “[...] constitui prejuízo financeiro importante e retira oportunidades educacionais a considerável massa de crianças em idade escolar [...]”.(Conferência Regional Latino – Americana sobre Educação Primária Gratuita e Obrigatória, 1956. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.26, n.63, p.166).

A partir da Conferência Regional Latino – Americana sobre Educação Primária e Gratuita algumas organizações escolares aderiram à proposta de promoção automática, embora ocorresse divergência de opiniões entre educadores sobre o aspecto de seriação e promoção.

Na década de 50, o programa de progressão continuada iniciou no estado de São Paulo e, em 1958 no Rio Grande do Sul. No ano de 1968 foi a vez de Pernambuco aderir a este programa (KNOBLAUCH, 2003).

Nos anos 70, “a Lei n. 5.692/71 mencionava a possibilidade de regimes escolares com avanços progressivos” (Alavarse, 2007, p. 802).

Para KNOBLAUCH (2003, p. 30) o programa de avanços progressivos funcionava da seguinte maneira:

[...]os alunos com dificuldade freqüentariam as classes de recuperação. Superadas as dificuldades, poderiam voltar a sua classe de origem. Quando não, continuariam o processo de escolarização segundo seus ritmos de aprendizagem.

Em 1970, Minas Gerais implantou a progressão continuada como um projeto piloto, extinto depois de algum tempo, mas em Santa Catarina a progressão continuada permaneceu até a primeira metade da década de 80 KNOBLAUCH (2003).

No estado de Santa Catarina, o aluno só poderia reprovar se estivesse na 4ª ou 8ª série porém, mais tarde, os resultados do referido programa afirmavam o aligeiramento do ensino ocasionado pelo despreparo dos

---

<sup>1</sup> United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Significa: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

docentes, classes lotadas e materiais pedagógicos inadequados ao processo de ensino – aprendizagem.

Tendo em vista tais motivos foi suspenso o programa de avanços progressivos em Santa Catarina, enquanto em outros estados implantava-se o Ciclo Básico de Alfabetização, ou seja, a possibilidade do aluno não reprovar entre a 1ª e a 2ª série, em alguns casos, com a introdução do contraturno.

Observa-se que a vivência da realidade educativa no Brasil no que tange a reprovação buscava políticas públicas para superar esta problemática.

De acordo com Alavarse (2007), nos anos 80 instituiu-se a terminologia ciclo básico de alfabetização.

É no início dos anos 1980 que o termo ciclo passa a ser empregado com o significado que genericamente se mantém até a atualidade. Com o ciclo básico de alfabetização no Estado de São Paulo, em 1984, depois adotado por Minas Gerais, Pará, Paraná e Goiás, o então 1º grau tem suas duas primeiras séries organizadas num *continuum* destinado a propiciar aos alunos melhores condições de aprendizagem e, conseqüentemente, reduzir os níveis de reprovação e repetência. (ALAVARSE, 2007, p. 802).

O ciclo básico de alfabetização propagou-se em alguns municípios com o objetivo de diminuir os índices de repetência, melhorar as condições de aprendizagem visando a qualidade de ensino.

A trajetória da aprovação e reprovação entre a década de 20, até os anos 90, revelam as diferenças dos princípios que conduzem a proposta de organização da escola por meio da progressão continuada.

Segundo KNOBLAUCH (2003, p. 33):

Pelo menos em termos de documentos legais ou de propostas há uma diferença entre essas mais atuais e as defendidas no início da década de 50, que é a da não reclassificação dos alunos de modo a formar grupos homogêneos. Um dos princípios que orienta as propostas mais atuais é a idéia de manter o mesmo grupo de alunos, independente do resultado da aprendizagem, durante todo o processo de escolarização.

Em 1993, a Escola Cidadã de Porto Alegre e, no ano de 1995, a Escola Plural de Belo Horizonte mudam todo o sistema de ensino para ciclo de aprendizagem.

Nas referidas instituições escolares foi reformulado o currículo por meio de aulas baseadas a partir de grandes temas para que possam ser trabalhados em diferentes áreas do conhecimento, assim como, a avaliação assumia uma função investigativa e diagnóstica.

Nas duas propostas a escolarização obrigatória era de nove anos dividida em 3 ciclos: “Ciclo da Infância (dos 6 aos 8 anos), Ciclo da Pré – Adolescência (dos 9 aos 11 anos) e Ciclo da Adolescência (dos 12 aos 14 anos)” KNOBLAUCH (2003, p. 35).

A atual LDB 9394/96, conforme o artigo 11 dá autonomia para os municípios organizarem os sistemas de ensino, “integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”(MEC, 1996).

Para Naiditch <sup>2</sup> (2010):

The 1996 law Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [Guidelines and Bases for National Education] allowed for innovations in structure and flexibility in curriculums and schedules within schools below the high school level.  
(A Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional incluiu inovações na estrutura e flexibilidade nos currículos e programas das escolas abaixo do ensino médio) tradução livre.

Ao analisar historicamente a organização do ensino no Brasil, Naiditch (2010) considera que a LDB 9394/96 estabeleceu um avanço no sistema educativo brasileiro.

Já para Mainardes (2007), as políticas públicas não estão inteiramente vinculadas à realidade da escola porque apenas direcionam os interesses da classe dominante. Segundo o autor, “o modo como a política foi implementada (de cima-para-baixo) e a falta de oportunidades legítimas de participação dos professores representaram obstáculos relevantes”. (MAINARDES, 2007, p. 21).

Atualmente ocorrem discussões permanentes sobre o regime de promoção na escola, pois existem opiniões favoráveis e opostas ao ciclo. Os partidários da seriação acreditam que a progressão continuada gera uma farsa do bom desempenho escolar dando o “diploma” a alunos analfabetos.

Para os defensores do ciclo, o ensino organizado em séries tem caráter punitivo, pois diante do rigor avaliativo pode levar à reprovação e ao abandono na escola.

---

<sup>2</sup> Professor adjunto de Didática e Ensino em Montclair State University em Nova Jersey.

## 1.2 A HISTÓRIA DOS CICLOS DE APRENDIZAGEM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

O Currículo Básico para a Escola Pública de Curitiba, em 1992 e 1998 incentivava a capacitação de professores e a expansão do número de escolas.

Apesar do investimento na formação continuada dos profissionais da educação, verificava-se o aumento de reprovação e evasão, bem como as avaliações externas consideravam a necessidade de melhoria no processo de ensino - aprendizagem.

A tomada de consciência sobre esse fato por grande parte dos profissionais da RME vem sendo explicitada em várias instâncias de debates e reuniões e tem apontado para a necessidade do desenvolvimento de ações [...] (SME, 2004, p. 5).

Neste sentido, na década de 90, as reuniões com alguns profissionais da Rede Municipal de Ensino apontaram a necessidade de alterar o sistema de avaliação da aprendizagem escolar.

No período ocorrido 1995 e 1996, a gestão educacional e as escolas públicas buscavam caminhos para melhoria do processo de ensino – aprendizagem.

Com a elaboração do projeto político – pedagógico no referido período, as equipes das instituições escolares realizaram mudanças para adequações em virtude da LDB 9394/96<sup>3</sup>.

De 1997 para cá, alguns projetos vêm sendo desenvolvidos nas escolas com a finalidade de continuar a reflexão iniciada sobre a prática pedagógica das escolas municipais e de suscitar, à luz das amplitudes legais e de referencial teórico atual, a criação de alternativas para a modificação do quadro de seletividade e exclusão constatado no sistema de ensino municipal (SME, 2004, p.6).

A partir de 1997, a implantação do Projeto Alfa tinha por objetivo assessorar as instituições escolares que apresentavam índices de 30% ou mais de retenção nas primeiras séries.

Em 1998 todas as escolas participaram, independente dos índices e a avaliação da aprendizagem foi o tema central de estudo.

O projeto que implementou o ciclo na Rede Municipal de Ensino apontou que os profissionais das escolas perceberam a desarticulação entre o sistema de avaliação da aprendizagem em vigor e o Currículo Básico.

---

<sup>3</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.

O Projeto Alfa se constituía em uma das ações com o propósito de assessorar e discutir os índices de reprovação na seriação. Neste projeto os profissionais da educação descobriram que a avaliação, na teoria, tinha caráter contínuo, mas na prática era classificatório.

Considerando os diferentes processos de aprendizagem dos alunos de uma mesma turma e idade, a organização do tempo escolar em relação às diferenças individuais de cada criança, a reorganização do sistema avaliativo que estivesse presente constantemente na ação didática, a Rede Municipal de Ensino verificou a necessidade de implementar ações pedagógicas.

Em 1998 foi aprovado pelo Parecer nº 251/98, de 05 de agosto de 1998, do Conselho Estadual de Educação do Paraná a alteração da forma de registro documental da avaliação da aprendizagem substituindo notas por pareceres descritivos.

No mesmo ano, em um processo gradativo, das 127 escolas municipais regulares, 9(nove) iniciaram a mudança do sistema avaliativo. E no decorrer dos anos prosseguiu o processo de mudança nas demais escolas municipais.

A transformação da escola seriada em ciclos ficou organizada em quatro Ciclos. Para a Secretaria Municipal de Educação (1999, p. 14):

CICLO I - [...] com duração de dois ou três anos letivos, para alunos cuja faixa etária corresponda de seis anos a completar no primeiro ano civil do primeiro ciclo a oito anos [...]CICLO II - [...] com duração de dois anos letivos, para alunos cuja a faixa etária corresponda de nove anos a completar no primeiro ano civil do segundo ciclo a dez anos. CICLO III - com duração de dois anos letivos, para alunos cuja faixa etária corresponda de onze anos a completar no primeiro ano civil do terceiro ciclo a doze anos. CICLO IV - [...] com duração de dois anos letivos, para alunos cuja a faixa etária corresponda de treze anos a completar no primeiro ano civil do quarto ciclo a catorze anos.

Em 2005, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer n.º 06/2005 estabelecendo ampliação do Ensino Fundamental para nove anos a todos os brasileiros a partir de seis anos de idade.

Em 6 de fevereiro de 2006, a Lei n.º 11.274, que altera artigos da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, dispõe que o Ensino Fundamental obrigatório é composto de nove anos com matrícula a partir de seis anos de idade, mas essa obrigatoriedade seria implantada de forma gradativa até 2010.

Nesse sentido, as escolas públicas de Curitiba ficaram organizadas em dois blocos: “o primeiro segmento composto por 05 (cinco) anos, o qual

compreende o Ciclo I [...] e o Ciclo II; e o segundo segmento composto por 04 (quatro) anos compreende o Ciclo III [...], e o Ciclo IV” (SME, 2006, p. 4).

Atualmente o primeiro Ciclo ou Ciclo I corresponde do 1º ao 3º ano; Ciclo II equivale ao 4º e 5º ano. O Ciclo III refere-se ao 6º e 7º ano e o Ciclo IV é composto pelo 8º e 9º ano.

As escolas municipais geralmente atendem o Ciclo I e II possuindo um pequeno número de instituições com os Ciclos I, II, III e IV.

### 1.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NA APRENDIZAGEM

Para realizar a avaliação é necessário estabelecer critérios do que se deseja para a formação do aluno, ou seja, averiguar suas habilidades, competências e conteúdos.

A partir do momento em que ocorre a configuração dos critérios para avaliar o aluno, está presente uma decisão, isto é, um posicionamento no ato de avaliar.

Portanto, os critérios avaliativos precisam de objetividade para a análise clara dos aspectos a serem avaliados, porque a avaliação não é um ato neutro que se finaliza na constatação de como se encontra a aprendizagem do aluno. É um posicionamento que faz e se refaz, por se tratar do processo de aprendizagem, que não se limita num espaço de tempo.

Luckesi (2008) diz da necessidade de instituir critérios de avaliação de aprendizagem, porque eles são parâmetros norteadores do trabalho que se deseja desenvolver no âmbito em que ocorre o processo de ensino – aprendizagem.

O critério de avaliação é uma configuração que determina as expectativas de aprendizagem dos alunos, em consequência do ensino, e na definição do que será considerado como testemunho da aprendizagem.

Nesse sentido, os indicadores expressos na produção dos alunos mostram as condições em que se encontra a aprendizagem do educando. Assim, os critérios se constituem na essência da avaliação, a qual LUCKESI (2008, P. 33) fundamenta: “[...] um julgamento de valor sobre manifestações da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”.

Para tal momento decisório é necessário realizar uma análise do que se pretende que o aluno aprenda e do que ainda ele não aprendeu. Portanto, para o levantamento das necessidades de aprendizagem dos alunos, são criados os critérios de avaliação considerando a seleção e organização dos conteúdos.

No ano de 2010, a gestão municipal de educação pública do Município de Curitiba publicou os critérios de avaliação da aprendizagem escolar <sup>4</sup> para o Ciclo I e Ciclo II.

Tal documento contempla conteúdos específicos que devem ser cobrados em cada área do conhecimento nos momentos avaliativos. Para FRUET (2010, p. 01), “os Cadernos de Critérios serão usados na hora dos profissionais do ensino planejar novas atividades que deverão ser implantadas nas escolas ainda neste ano”.

Definir um sistema de avaliação, permeado pelo modo cuidadoso e reflexivo para colocá-lo em prática é uma tarefa importante na educação, porque está em jogo a formação de um aluno.

Os critérios e processos têm que ser expostos com transparência, bem explicados aos alunos e membros da equipe escolar garantindo, desse modo, a clareza da avaliação.

No entanto, a compreensão do que se pretende, por parte destes, só se pode conseguir com uma construção participativa e um período de experimentação, exigindo uma forte coerência do que se deseja avaliar.

#### 1.4 A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

A Equipe Multidisciplinar é constituída por três segmentos da educação pública municipal de Curitiba que formam um único grupo: escola<sup>5</sup>, Núcleo Regional de Educação<sup>6</sup> e Centro Municipal de Atendimento Especializado<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Caderno Pedagógico: critérios de avaliação de aprendizagem. SME: Curitiba, 2010.

<sup>5</sup> Composta pela Equipe Pedagógica - Administrativa e professores do aluno.

<sup>6</sup> O Núcleo Regional de Educação é uma subdivisão administrativa e pedagógica que abrange escolas conforme as regiões em que se encontram. Há 7 núcleos regionais, que são compostos em cada núcleo por técnicos – administrativos, pedagoga, alfabetizadora e uma pessoa responsável pela administração. O Núcleo Regional é a ponte entre a Secretaria Municipal de Educação e as escolas.

<sup>7</sup> O Centro Municipal de Atendimento Especializado realiza uma análise psicopedagógica do aluno. A psicopedagoga sugere algum tipo de trabalho necessário que pode ser desde um encaminhamento de avaliação médica até sugestões de atividades a serem desenvolvidas pela professora regente.

No sistema de ciclos, há no segundo semestre, uma avaliação prévia da Equipe Multidisciplinar referente aos alunos que não possuem avanços na aprendizagem.

Após aproximadamente quatro meses a Equipe retorna a escola para definir se o educando será retido ou aprovado.

Há inicialmente uma reunião prévia, ou seja, os integrantes das três modalidades se reúnem para prever quais os alunos apresentam dificuldades na aprendizagem.

O objetivo é “identificar estas dificuldades, prevendo possibilidades de novas intervenções pedagógicas, com vistas a solucioná-las ou diminuí-las significativamente (SME, 2009, p. 1).

No primeiro semestre, enquanto não ocorre a prévia e reunião final da Equipe Multidisciplinar, o aluno com dificuldades é atendido pelo professor regente, corregente e, alguns casos no horário contraturno de aula. Estes docentes buscam estratégias de ensino que provoque avanços na aprendizagem do estudante.

A prévia acontece geralmente no mês de agosto, porém não é indicativo de um resultado final. A Equipe Multidisciplinar novamente retorna a escola em novembro para decidir definitivamente a progressão ou retenção do aluno no Ciclo.

Na reunião são solicitados pelo NRE e CMAE os estudantes que apresentam os dois últimos descritores<sup>8</sup> da avaliação da aprendizagem formulada pela Rede Municipal de Ensino.

Também são solicitadas três produções do educando e registros contendo informações específicas como, por exemplo, se o aluno advém de outra escola, se pertence à educação regular ou integral, se houve retenção anteriormente, se ultrapassou o limite de faltas, se frequenta reforço escolar no contraturno e/ou realiza atendimento especializado<sup>9</sup> no CMAE.

A escola deve apresentar para a Pedagoga do NRE o portfólio do estudante; o plano de apoio pedagógico (que é um plano de acompanhamento

---

<sup>8</sup> Os dois últimos critérios de avaliação são: se o aluno não respondeu corretamente a questão da avaliação ou deixou ilegível / em branco.

<sup>9</sup> Atendimento em psicopedagogia.

da professora e equipe pedagógica da escola na evolução da aprendizagem do estudante); se o aluno aguarda ou possui a avaliação psicoeducacional.

A investigação [é feita] por meio dos documentos eleitos para o estudo, permitindo, dessa forma, analisar a situação de aprendizagem – perfil de avanço no processo de leitura escrita, bem como os conteúdos mínimos da matemática, para o final do ciclo (SME, 2009, p. 1).

A discussão entre escola, NRE e CMAE, com base nas produções do aluno, analisará as condições de aprendizagem do educando no 3º ano a fim de averiguar se ele terá condições de progredir ou precisará ser retido no 1º ciclo.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é um instrumento poderoso justamente porque representa e apresenta os paradigmas de pesquisa vigentes e aceitos pelos diferentes grupos de pesquisadores, em um dado período de tempo [...] (Luna, p. 10, 2002).

A atividade de pesquisar busca constatações sobre o objeto de estudo para, a qual a metodologia é uma ferramenta que exprime informação sobre a realidade pesquisada independentemente da diversidade dos paradigmas de pesquisadores.

A pesquisa caracteriza-se pela produção de conhecimento marcada por uma teoria paradigmática. A metodologia apropria-se de dados que sejam capazes de demonstrar a fidedignidade e coerência do que foi pesquisado.

Para Demo (1996, p.34) a pesquisa é apontada como uma tarefa diária. A considera como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

A investigação na pesquisa é uma procura com diligência ao objeto estudado, porque remete a intervir no entendimento dos fatos convergindo para a relação entre teoria e prática.

A presente monografia questiona os critérios avaliativos da Equipe Multidisciplinar no 3º ano do Ciclo I, a qual, com base também em Demo (1996), busca compreender e articular “a realidade em sentido teórico e prático”. Será utilizada a pesquisa de campo por meio de estudo de caso.

### 2.1 ESTUDO DE CASO

Primeiramente investigamos, como parte da fundamentação da pesquisa, o advento do ensino ciclado no Brasil e, posteriormente no município de Curitiba.

Também foi necessário buscar aportes teóricos sobre a avaliação e sua relação com os ciclos de aprendizagem porque o processo avaliativo necessita de critérios objetivos.

Na disciplina “Metodologia da Pesquisa I e II”, do curso de especialização em Organização do Trabalho Pedagógico da Universidade Federal do Paraná realizamos o estudo em referenciais bibliográficos.

Surgiu a dúvida sobre o número de alunos a serem investigados, pois ocorreu a preocupação da forma como o estudo de caso pudesse oferecer informações fidedignas e com propriedade; para que os dados recolhidos tivessem validade para o universo da pesquisa.

Para encaminhar o estudo a professora orientadora da presente monografia indicou que procurássemos a docente da disciplina “Metodologia da Pesquisa I e II”, a qual entendeu correta análise do estudo de caso em apenas uma turma do 3º ano que foi aleatoriamente escolhida.

Foi aplicado um questionário à equipe pedagógica da escola, que forneceu a informação de que a classe é composta por 25 alunos sendo que 4 destes estudantes foram retidos no Ciclo. Eles são: o aluno “Z”, o aluno “K”, o aluno “M” e o aluno “X”.

Os alunos estudam no período da manhã. São da região sul de Curitiba.

Optamos por analisar na turma os resultados dos alunos na prova formulada pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, pelo fato de se tratar de uma documentação utilizada para a consulta do rendimento de aprendizagem do aluno pela Equipe Multidisciplinar.

A avaliação de matemática ocorreu em 03 de novembro de 2010 e a de Língua portuguesa em 26 de outubro de 2010<sup>10</sup>. O motivo da ocorrência destas avaliações se deve pelo fato das escolas analisarem como se encontra a aprendizagem dos alunos, apresentarem propostas de melhoria no ensino para a gestão municipal de educação assim como receber orientações da Secretaria e promoverem ações pedagógicas para que os estudantes apresentem progressos na aprendizagem.

A pedido da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, a aplicadora das provas foi uma professora da escola que não fosse a regente da classe.

Foi apenas analisada a avaliação de matemática e língua portuguesa, pois são consideradas pela Equipe Multidisciplinar apenas as disciplinas matrizes quanto à definição da retenção no ciclo de aprendizagem. Em suma, o entendimento é: se o aluno não atingiu os objetivos e conteúdos destas matérias automaticamente não há como aprende bem em história, geografia e ciências.

---

<sup>10</sup> Detalhes desta informação em [http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?subcan=7&cod\\_not=31522](http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?subcan=7&cod_not=31522)

Em junho de 2010 foi publicado o Caderno de Critérios de Avaliação da Aprendizagem pela Secretaria Municipal de Educação. Por se tratar de uma referência no trabalho da Equipe Multidisciplinar tomamos contato com o material para averiguar se esta documentação vem ao encontro dos critérios estabelecidos nas provas.

Para complementar a pesquisa observamos como aconteceu a reunião da Equipe Multidisciplinar e analisamos as quatro respostas presentes no questionário com perguntas abertas dirigidas à Equipe Pedagógica da escola.

A observação e o questionário buscaram compreender de forma minuciosa quem são os alunos indicados pela Equipe Multidisciplinar, quais são os estudantes retidos no ciclo de aprendizagem, se algum aluno foi aprovado sem ter condições de seguir para o ano seguinte, mesmo com a discordância de pais e da equipe pedagógica.

## 2.2 RESULTADOS

Em 20 de agosto de 2010 ocorreu uma avaliação prévia da Equipe Multidisciplinar para sondar os alunos que possuíam dificuldades na aprendizagem.

A prévia da Equipe Multidisciplinar não é indicativo de um resultado final. A Equipe Multidisciplinar retorna novamente na escola para decidir definitivamente a progressão ou retenção do aluno no Ciclo.

Observamos que durante a reunião da prévia o NRE e o CMAE<sup>11</sup> solicitaram a escola as produções de textos dos alunos, atividades, portfólio e as provas de Língua Portuguesa e Matemática formuladas pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

Na consulta destes documentos o NRE orientou a professora e a equipe pedagógica, quanto aos encaminhamentos metodológicos que deveriam ser aplicados aos alunos que apresentassem dificuldades de aprendizagem. Foram indicados na prévia os estudantes “Z”, “K”, “M” e “X”. No momento da prévia a Equipe Multidisciplinar não consultou o Caderno de Critérios de Avaliação

---

<sup>11</sup> Na página 17 há detalhes sobre o NRE (Núcleo Regional de Educação) e CMAE (Centro Municipal de Atendimento Especializado).

formulado pela Secretaria Municipal de Educação. Supõe-se que dominem tais critérios.

Em 10 de dezembro de 2010 observamos a realização da reunião final da Equipe Multidisciplinar. Novamente o NRE e o CMAE observaram as provas de Língua Portuguesa e Matemática formuladas pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, as novas produções de textos e atividades dos alunos conforme as orientações da Equipe na prévia sobre os encaminhamentos metodológicos.

Os estudantes “Z”, “K”, “M” e “X” foram retidos no ciclo.

Na reunião, a equipe pedagógica da escola citou a aluna “R” pelo fato de ter dificuldades, mas apresentar avanços na aprendizagem.

A aluna “R” seguiu no ciclo, embora a equipe pedagógica tenha respondido no questionário que foi aprovada sem ter condições de seguir para o 4º ano.

O questionário dirigido a equipe pedagógica da escola foi aplicado em 14 de janeiro de 2011. Quando perguntado: “Algum aluno desta turma foi aprovado sem ter condições de seguir para o ano seguinte? Quais foram as causas?”

A Equipe pedagógica da escola respondeu “Apenas a aluna ”R”, apesar dela ter tido grandes avanços na leitura e escrita”.

### 2.2.1 Resultados em Matemática

A avaliação de matemática aconteceu em 03 de novembro de 2010 com 24 alunos, sendo que 1 estudante estava ausente.

A avaliação de matemática abrangeu 12 (doze) questões que contemplavam os seguintes conteúdos: a escrita de números nas ordens de dezenas e centenas; seqüência de números; comparação entre quantidades; situação problema com ideia de subtração; sistema monetário; situação problema com ideia do raciocínio proporcional; noção de dobro e metade; situação problema com ideia de multiplicação; situação problema com ideia de divisão; interpretação de gráfico; localização dos objetos solicitados; interpretação de calendário.

Cada questão da prova possui 5 critérios norteadores de avaliação<sup>12</sup> formulados pela Secretaria Municipal de Educação, sendo: que o critério “A” é atribuído quando o aluno resolveu corretamente todo o exercício; os critérios “B” e “C” quando o aluno resolveu parcialmente o exercício; o critério “D” quando fez tentativa de resolução, porém sem resolver parcialmente a questão; o critério “E” quando o estudante deixou a questão em branco ou escreveu símbolos ilegíveis.

Observamos abaixo a tabela com um panorama geral da turma com o número de alunos que se encontram em cada critério avaliativo conforme a questão da prova.

MATEMÁTICA																
CRITÉRIO	QUESTÃO												TOTAL	AUSENTE	REALIZOU	
	1	2	3	4a	4b	5	6	7	8	9	10	11				12
A	17	16	11	17	10	12	9	4	7	16	11	20	4	25	1	24
B	4	3	9	4	5	4	5	2	4	1	10	4	12			
C	3	2	2	3	2	4	6	13	8	3	2	0	3			
D	0	3	2	0	7	4	4	5	5	4	1	0	5			
E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			

Agora a mesma informação, mas expressa em percentual:

Distribuição percentual dos estudantes por questão, segundo critério					
QUESTÃO	CRITÉRIO				
	A	B	C	D	E
1	70,8%	16,7%	12,5%	0,0%	0,0%
2	66,7%	12,5%	8,3%	12,5%	0,0%
3	45,8%	37,5%	8,3%	8,3%	0,0%
4 <sup>a</sup>	70,8%	16,7%	12,5%	0,0%	0,0%
4 <sup>b</sup>	41,7%	20,8%	8,3%	29,2%	0,0%
5	50,0%	16,7%	16,7%	16,7%	0,0%
6	37,5%	20,8%	25,0%	16,7%	0,0%
7	16,7%	8,3%	54,2%	20,8%	0,0%
8	29,2%	16,7%	33,3%	20,8%	0,0%
9	66,7%	4,2%	12,5%	16,7%	0,0%
10	45,8%	41,7%	8,3%	4,2%	0,0%
11	83,3%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%
12	16,7%	50,0%	12,5%	20,8%	0,0%

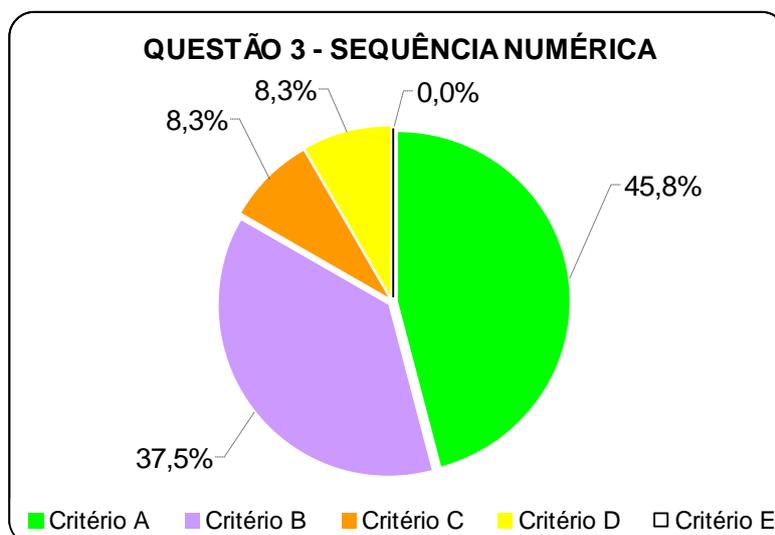
<sup>12</sup> Segue no anexo 1 as informações sobre cada critério avaliativo questão por questão no documento chamado Orientações de correção para a avaliação de matemática formulada pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

Percebemos que algumas questões apresentam baixa porcentagem da turma para atingir o critério “A”. Isso significa que mais da metade dos alunos não conseguiu responder corretamente todo o exercício, como nas questões 3 (45,8%), 4b (41,7%), 6 (37,5%), 7 (16,7%), 8 (29,2%), 10 (45,8%) e 12 (16,7%). Apresentamos a tabela contendo o critério avaliativo “A” destes exercícios:

<b>CRITÉRIO A</b>	<b>QUESTÃO 3</b>	Completar a seqüência dos números, percebendo que a formação do número seguinte é o número anterior adicionado de 3 unidades.
	<b>QUESTÃO 4B</b>	Resolver o problema de idéias de subtração utilizando algoritmos usuais ou diferentes estratégias.
	<b>QUESTÃO 6</b>	Resolver o problema de raciocínio proporcional utilizando algoritmos usuais ou diferentes estratégias.
	<b>QUESTÃO 7</b>	Resolver o problema de dobro e metade utilizando algoritmos usuais ou diferentes estratégias.
	<b>QUESTÃO 8</b>	Resolver o problema de idéias de multiplicação utilizando algoritmos usuais ou diferentes estratégias.
	<b>QUESTÃO 10</b>	Interpretação de gráfico.
	<b>QUESTÃO 12</b>	Interpretação de calendário.

As questões apresentadas na tabela acima foram consideradas com o maior grau de dificuldade da turma em virtude da baixa porcentagem no critério “A”.

Portanto analisamos os critérios avaliativos dos alunos que foram retidos nestes exercícios, assim como os da aluna “R”. Vejamos o gráfico da turma na questão 3:

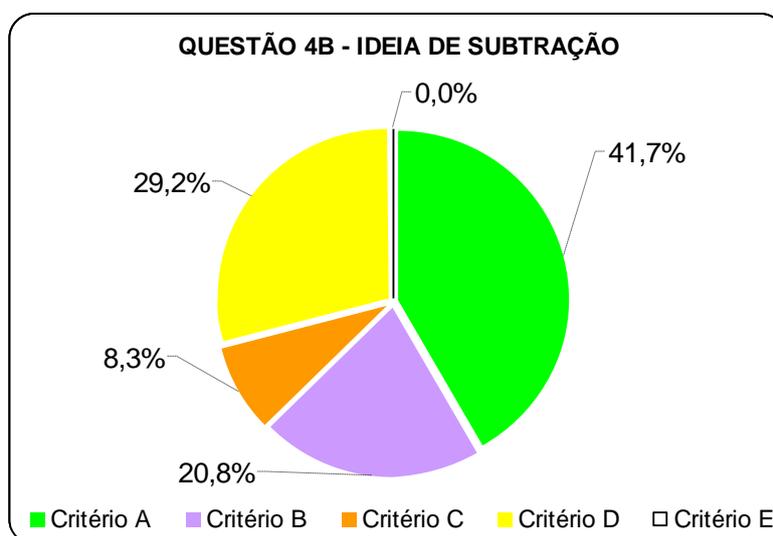


O aluno retido “Z” e o aluno retido “M”, atingiram o critério “B”, o qual significa completar a seqüência com apenas um dos três números solicitados. Eles estão no grupo que equivale a 37,5% da turma.

Já os alunos retidos “K” e “X”, na mesma questão ficaram no critério D, ou seja, completaram a seqüência numérica com números ou desenhos de forma aleatória, não apresentando o resultado esperado e estão inseridos com os 8,3% alunos da classe. A aluna “R” respondeu corretamente toda a questão 3.

No caderno de critérios de avaliação da aprendizagem (SME, p. 111) consta: “Identifica antecessor e sucessor de um número?”.

Observamos que no caderno de critérios de avaliação tal conteúdo corresponde à da proposta número 3 da prova.



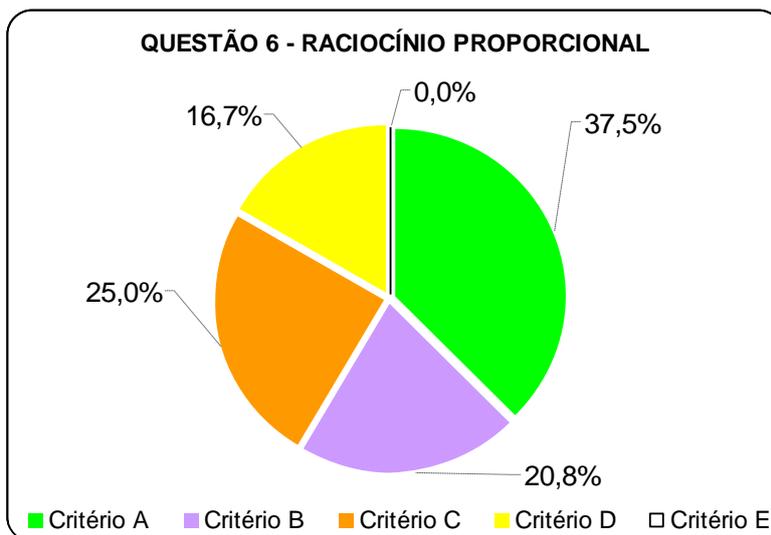
Na questão 4b, o estudante “Z” e “M” fizeram tentativas de resolução do problema de subtração sem utilizar a representação numérica, sem apresentar o resultado esperado, isto é, critério “D”. Eles estão incluídos no grupo de 29,2% da classe.

Os estudantes “K” e “X” fizeram tentativas de resolução do problema de subtração utilizando a representação numérica, sem apresentar o resultado esperado, ou seja, critério “C” que corresponde ao grupo de alunos 8,3% da turma.

A aluna “R” atingiu o critério “B”, que significa a utilização da ideia de subtração sem apresentar o resultado esperado.

A SME<sup>13</sup> (2010, p. 113), no caderno de critérios de avaliação da aprendizagem escolar aponta: “Resolve problemas de subtração utilizando diferentes estratégias como desenho, estimativa, cálculo mental, algoritmos convencionais ou não?”. Percebemos que este critério contempla a questão 4b da avaliação.

Revela o gráfico na questão 6:



Os alunos “Z”, “K” e “X” estão entre os 25% da turma que se encontram no critério “C”, ou seja, fizeram a tentativa de resolução sem utilizar a ideia de raciocínio proporcional e sem apresentar o resultado correto.

Já o estudante “M” ficou entre os 20,8% da classe no critério “B”, isto é, utilizou a ideia de raciocínio proporcional, porém sem apresentar o resultado esperado.

A aluna “R” ficou no critério “D”, porque fez tentativas de resolução por meio de representações não numéricas, sem utilizar a ideia de raciocínio proporcional e apontar a resposta incorreta.

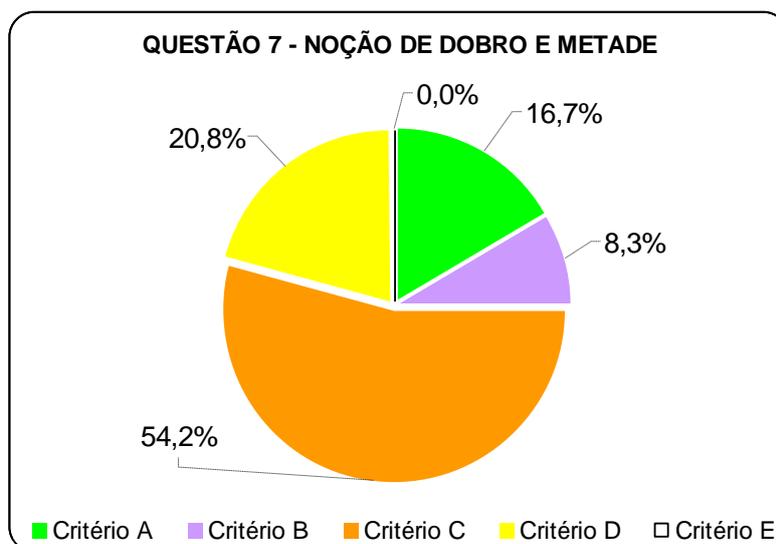
No caderno de critérios de avaliação da aprendizagem (SME, p. 112) aparece: “Utiliza o raciocínio proporcional na resolução de problemas?”.

Percebemos que o critério do caderno de avaliação se manifesta no conteúdo da questão 6 na prova.

Quanto aos alunos retidos e um sem condições de seguir no ciclo embora seja aprovado, apenas o estudante “M” utilizou a ideia de raciocínio proporcional no exercício.

<sup>13</sup> Secretaria Municipal de Educação.

Observamos no gráfico o resultado da questão 7 sobre a noção de dobro e metade:



Os estudantes “K”, “M” e “X”, atingiram o critério “D”, a qual significa realizar tentativas de resolução sem utilizar as noções de dobro e metade adequadamente e não apresentando o resultado esperado. Eles estão no grupo que equivalem a 20,8% da turma.

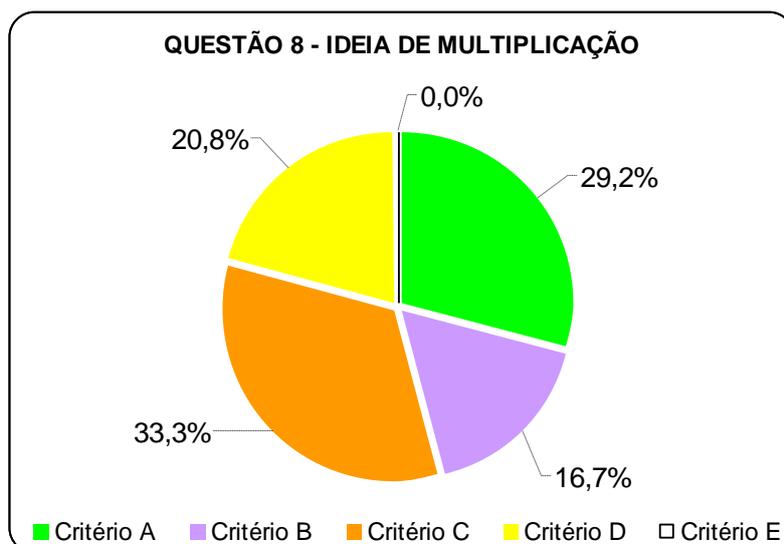
Na mesma questão o aluno “Z” está inserido entre os 54,20% da classe e ficou no critério C, ou seja, resolveu o problema utilizando somente a noção de metade.

A aluna “R” respondeu corretamente toda a questão. Percebemos que dentre o grupo de alunos retidos e aprovados sem condições de seguir no ciclo, somente a aluna “R” atingiu o critério A.

Segundo o caderno de critérios de avaliação da aprendizagem escolar (SME, 2010, p. 113), o aluno: “Utiliza a ideia de dobro na resolução de problemas? Utiliza a ideia de metade na resolução de problemas?”.

Nesse sentido, averiguamos que os critérios da prova estão associados aos critérios do caderno de critérios da avaliação da aprendizagem.

Na resolução do problema de multiplicação o gráfico expõe os resultados da turma conforme os critérios avaliativos:



Os alunos “Z” e “X” realizaram tentativas de resolução por meio de representações não numéricas, sem utilizar a ideia de multiplicação e sem apresentar o resultado esperado. Portanto, estão entre 20,80% de alunos pertencentes ao critério “D”.

Os estudantes “K” e “M” atingiram o critério “C”, e utilizaram a representação numérica sem a ideia de multiplicação e sem o resultado esperado. Eles fazem parte dos 33,30% alunos da turma.

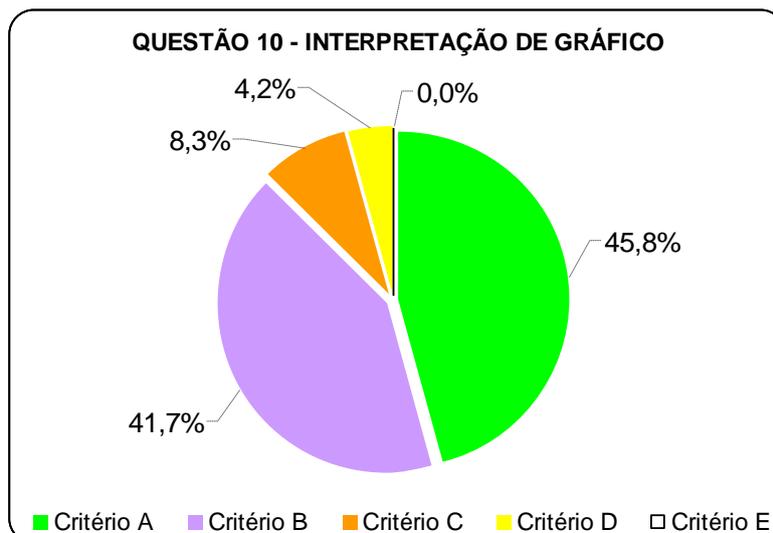
A aluna “R” utilizou a ideia de multiplicação com o resultado incorreto, fazendo parte do critério B, ou seja, 16,70% da turma.

No caderno de critérios de avaliação a SME (2010, p. 112) encontramos a pergunta: (o aluno) “Resolve problemas de multiplicação, utilizando estratégias como desenho, estimativa, cálculo mental, algoritmos convencionais ou não? Utiliza o algoritmo no cálculo da multiplicação com um algarismo multiplicador?”.

Observamos que estes critérios vão ao encontro dos critérios da questão 8 e que nenhum aluno retido ou aprovado sem condições de seguir no ciclo conseguiu resolver o problema sobre multiplicação.

O gráfico do exercício 10 trata dos resultados de uma situação problema abordada por meio de três perguntas que objetivam descobrir se o aluno é capaz de interpretar um gráfico.

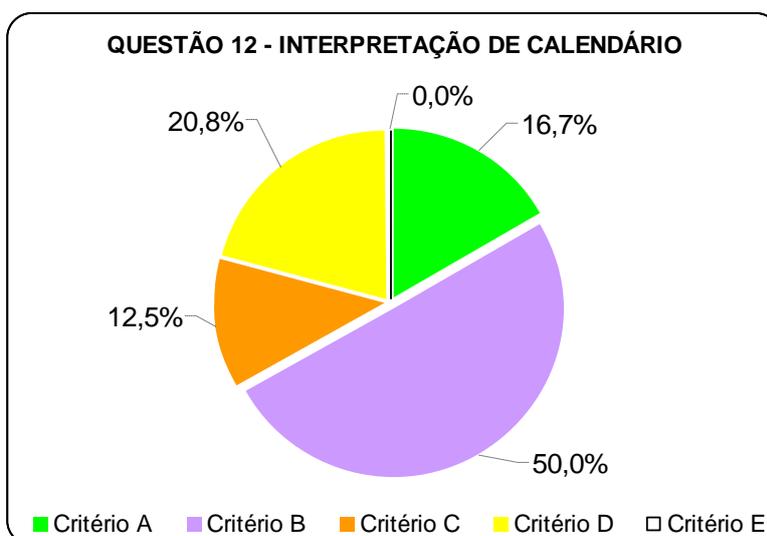
Os estudantes “K”, “M” e “R” acertaram duas das três perguntas corretamente, portanto atingiram o critério “B” e fazem parte dos 41,70% alunos da turma.



Os alunos “Z” e “X”, obtiveram uma resposta correta entre as três perguntas da questão 10. Por isso, receberam o critério “C”. Em tal critério estão incluídos 8,30% alunos da turma.

Observamos novamente que os critérios da prova realizam uma conexão coerente com os critérios do caderno de critérios da avaliação da aprendizagem: “Lê gráficos estabelecendo relações entre situações e quantidades? Interpreta gráficos estabelecendo relações entre situações e quantidades?” (SME, 2010, p. 113-114).

O último exercício da prova possui três perguntas nas quais os estudantes deveriam interpretar o calendário. Vejamos os resultados conforme os critérios de avaliação:



Todos os alunos retidos obtiveram critério “D”, porque as respostas estavam incorretas. Os alunos “Z”, “K”, “M” e “X” fazem parte dos 20,80% dos estudantes da classe.

A aluna “R” ficou entre os 12,50% dos alunos da turma, isto é, atingiu o critério “C”, pois respondeu apenas a uma das três perguntas corretamente.

Observamos que embora presente no caderno de critérios de avaliação o critério “compreende a sucessão dos dias, dos dias da semana, dos meses, dos anos (SME, 2010, p. 114)”, os alunos apresentam enormes dificuldades na compreensão do calendário.

## 2.2.2 Resultados em Língua Portuguesa

A avaliação de Língua Portuguesa ocorreu em 26 de outubro de 2010 com 24 estudantes, sendo que 1 aluno estava ausente.

A prova estava composta de 7 (sete) questões que tratavam dos seguintes conteúdos: escrita do nome próprio completo; leitura e interpretação de texto utilizando argumentação; concordância nominal e verbal; sistema alfabético de escrita; ordem alfabética; argumentação; produção de texto.

O exercício 7 foi subdividido em 4 partes, sendo que cada uma apresentou critérios específicos. Elas são: produção de texto organizando as idéias em seqüência lógica; segmentação das frases em palavras; utilização dos elementos caracterizadores do texto narrativo; utilização dos sinais de pontuação.

Todas as questões da prova tinham 7 critérios norteadores para a avaliação<sup>14</sup> formulados pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o critério “A” quando o aluno resolve corretamente todo o exercício; os critérios “B”, “C”, “D” e “E” quando o aluno resolve parcialmente o exercício; o critério “F” quando realizou escrita ilegível; o critério “G” quando o estudante teve ausência de escrita.

Vejamos um panorama geral da turma na avaliação conforme a demonstração da tabela:

---

<sup>14</sup> Segue no anexo 2 as informações sobre cada critério avaliativo questão por questão no documento chamado Orientações de correção para a avaliação de Língua Portuguesa formulada pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

LÍNGUA PORTUGUESA													
CRITÉRIO	QUESTÃO										TOTAL	AUSENTE	REALIZOU
	1	2	3	4	5	6	7.1	7.2	7.3	7.4			
A	13	8	3	1	7	13	5	6	6	4	25	1	24
B	9	4	1	6	1	3	9	9	11	1			
C	2	3	5	9	5	4	5	3	2	4			
D	0	6	3	6	2	0	0	1	1	7			
E	0	3	11	2	5	2	2	2	1	5			
F	0	0	1	0	4	2	3	3	3	3			
G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			

Agora a mesma informação, mas expressa em percentual:

Distribuição percentual dos estudantes por questão, segundo critério

QUESTÃO	CRITÉRIO						
	A	B	C	D	E	F	G
<b>1</b>	54,2%	37,5%	8,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>2</b>	33,3%	16,7%	12,5%	25,0%	12,5%	0,0%	0,0%
<b>3</b>	12,5%	4,2%	20,8%	12,5%	45,8%	4,2%	0,0%
<b>4</b>	4,2%	25,0%	37,5%	25,0%	8,3%	0,0%	0,0%
<b>5</b>	29,2%	4,2%	20,8%	8,3%	20,8%	16,7%	0,0%
<b>6</b>	54,2%	12,5%	16,7%	0,0%	8,3%	8,3%	0,0%
<b>7.1</b>	20,8%	37,5%	20,8%	0,0%	8,3%	12,5%	0,0%
<b>7.2</b>	25,0%	37,5%	12,5%	4,2%	8,3%	12,5%	0,0%
<b>7.3</b>	25,0%	45,8%	8,3%	4,2%	4,2%	12,5%	0,0%
<b>7.4</b>	16,7%	4,2%	16,7%	29,2%	20,8%	12,5%	0,0%

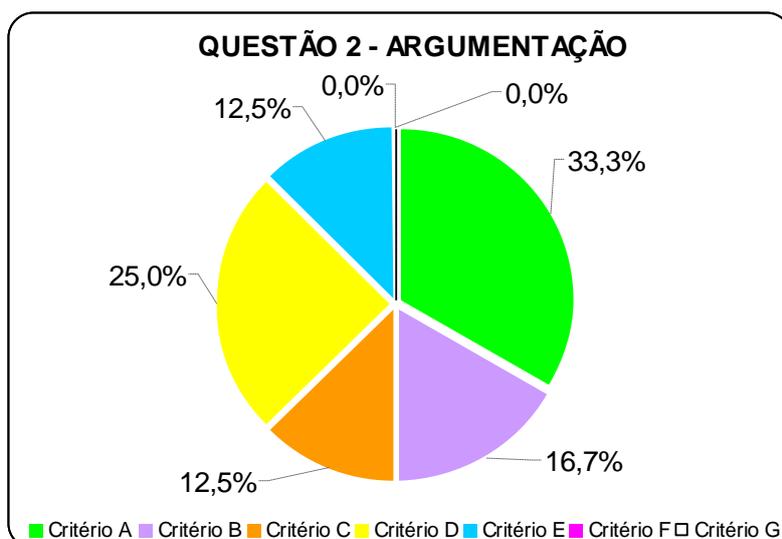
Observamos que as respostas das questões 2, 3, 4, 5, 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 apresentaram baixa incidência no critério “A”. Isso significa que poucos alunos conseguiram resolver corretamente todo o exercício.

Apresentamos a tabela contendo o critério avaliativo “A” nestes exercícios:

<b>CRITÉRIO A</b>	<b>QUESTÃO 2</b>	Compreender a situação discursiva identificando no texto todos os elementos que provam essa compreensão e justificar a resposta de forma coerente.
	<b>QUESTÃO 3</b>	Reescrever a frase fazendo corretamente as adequações de concordância verbal e nominal.
	<b>QUESTÃO 4</b>	Escrever o padrão ortográfico da língua portuguesa.
	<b>QUESTÃO 5</b>	Compreender a estrutura do alfabeto utilizando corretamente a ordem alfabética.
	<b>QUESTÃO 7.1</b>	Produzir texto apresentando desenvolvimento das idéias, atendo-se ao tema proposto com coerência.
	<b>QUESTÃO 7.2</b>	Segmentar convencionalmente o texto.
	<b>QUESTÃO 7.3</b>	Produzir texto com as características estruturais da linguagem narrativa, utilizando-se dos recursos lingüísticos que garantem a organização lógica.
	<b>QUESTÃO 7.4</b>	Utilizar os sinais de pontuação adequadamente, garantindo a expressividade do texto e a construção dos discursos.

As questões apresentadas na tabela acima foram consideradas com o maior grau de dificuldade da turma em virtude da baixa porcentagem no critério “A”.

Portanto analisamos os critérios avaliativos dos alunos retidos nestes exercícios como também da aluna “R”. Vejamos o gráfico da turma na questão 2:



O aluno retido “X” e o aluno retido “Z” atingiram o critério “E”, o qual significa não compreender a situação discursiva resultando em resposta equivocada. Os alunos que responderam dessa forma estão no grupo que equivalem a 12,5% da turma.

O estudante “K” acertou toda a questão 2 e está no grupo pertencente a 33,3%.

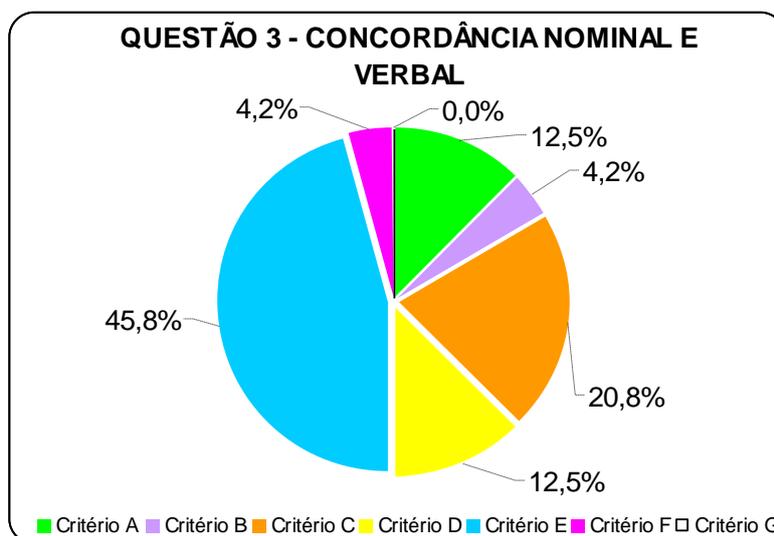
O aluno “M” identificou alguns elementos que provam compreensão, porém apresentou justificativa incoerente. Portanto, o aluno “M” alcançou o critério “C”.

A estudante “R” identificou um elemento que prova compreensão, porém sem apresentar justificativa, isto é, recebeu critério “D”. Ela está inserida com os 25,0% alunos da classe.

No caderno de critérios de avaliação da aprendizagem (SME, p. 111) consta: “Utiliza-se de argumentos coerentes para defender seu ponto de vista?”.

Observamos que a proposta número 2 da prova está conforme o caderno de critérios de avaliação.

No exercício 3 o gráfico demonstra a porcentagem do número de alunos em cada critério avaliativo:



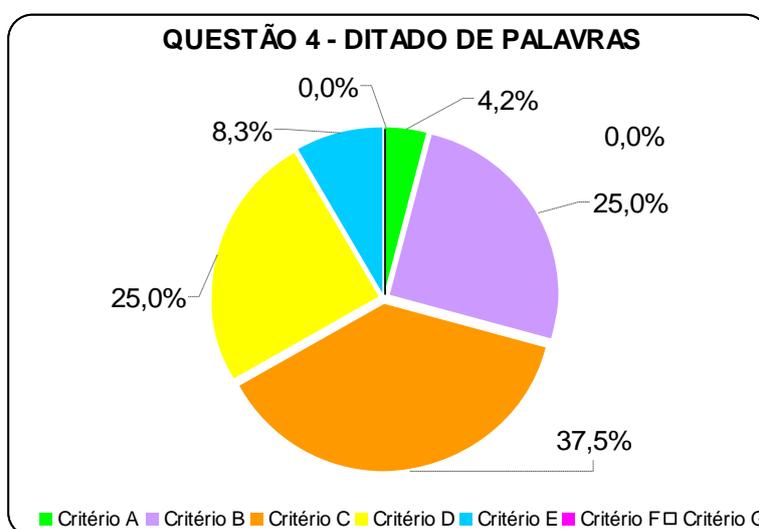
Os estudantes “K”, “M”, “R” e “X” não realizaram corretamente as alterações de concordância nominal e verbal. Eles fazem parte dos 45,8% da turma que se encontram no critério “E”.

O aluno “Z” obteve o critério “F”, isto é, apresentou escrita ilegível. Está incluído no grupo de 4,2% da classe.

No caderno de critérios da avaliação da aprendizagem, a SME (2010, p.87) considera os aspectos: “Utiliza a concordância nominal (artigos, pronomes, adjetivos e numerais com os termos a que se referem)? Emprega em suas produções a concordância verbal?”.

Notamos, ao consultar o caderno de critérios de avaliação que está presente o critério de utilização da concordância nominal e verbal.

Observamos o percentual da quantidade estudantes em cada critério no exercício 4:



Os alunos “Z”, “K” e “M”, escreveram algumas palavras do ditado na forma de escrita silábico-alfabética. Eles estão incluídos no grupo de 25% da classe o que corresponde ao critério “D”.

A aluna “R” escreveu alfabeticamente sem apresentar o valor sonoro convencional das letras, isto é, critério “C”.

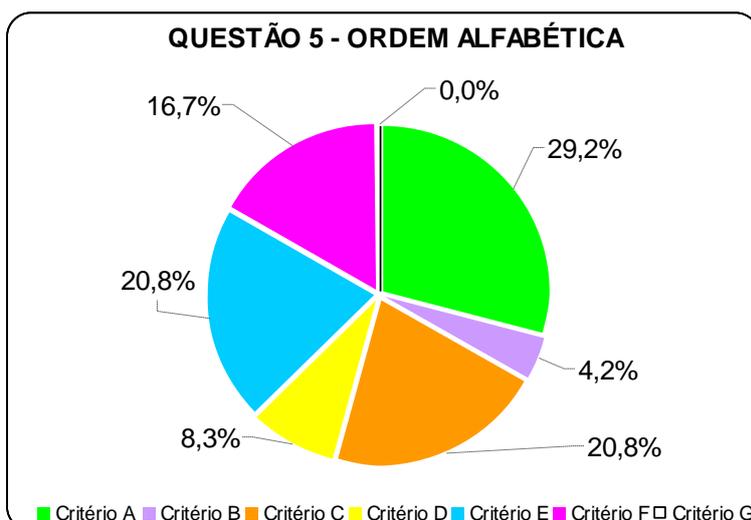
O aluno “X” apresentou escrita silábica, ou seja, critério “E” que equivale a 8,3% da turma.

A SME (2010), expõe critérios específicos sobre a escrita<sup>15</sup>.

Desta forma, entendemos a coerência entre os critérios avaliativos da questão 6 com o Caderno de Critérios da Avaliação da Aprendizagem.

No gráfico do exercício 5 observamos:

<sup>15</sup> Segue no anexo 3 os critérios específicos sobre a escrita no documento “Caderno de Critérios da Avaliação da Aprendizagem”, formulado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.



Os alunos “K” e “M” estão entre os 20,8% da turma que se encontram no critério C, ou seja, ordenaram apenas a primeira letra das palavras.

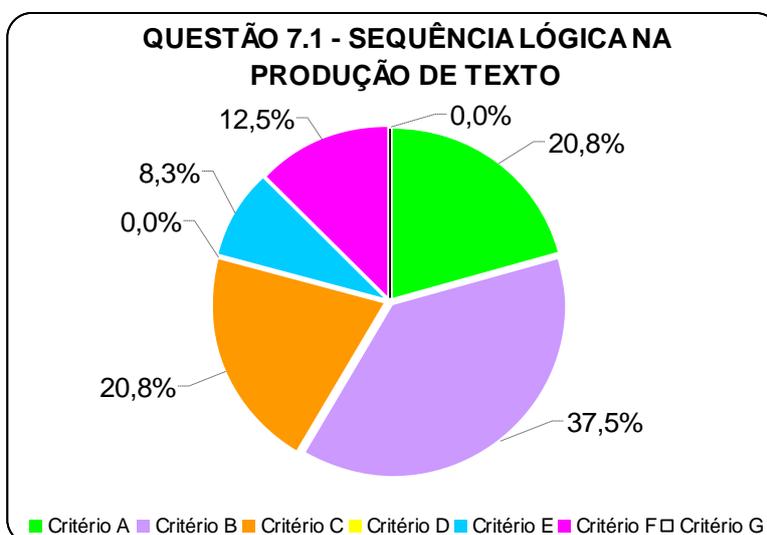
Já o estudante “X” ficou entre os 8,3% da classe no critério ‘D’, isto é, organizaram parcialmente as palavras em ordem alfabética.

Os estudantes “Z” e ‘R “ficaram no critério ”F“, porque realizaram escrita ilegível.

No caderno de critérios de avaliação da aprendizagem (SME, p. 87) aparece: “Utiliza o alfabeto como critério de organização, considerando até a terceira letra da palavra?”.

Percebemos que tal critério é seguido na questão 5 da prova.

O exercício 7 solicita que o aluno realize uma produção de texto narrativa. Os critérios avaliativos nesta questão foram subdivididos em 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4. Verificamos no gráfico:

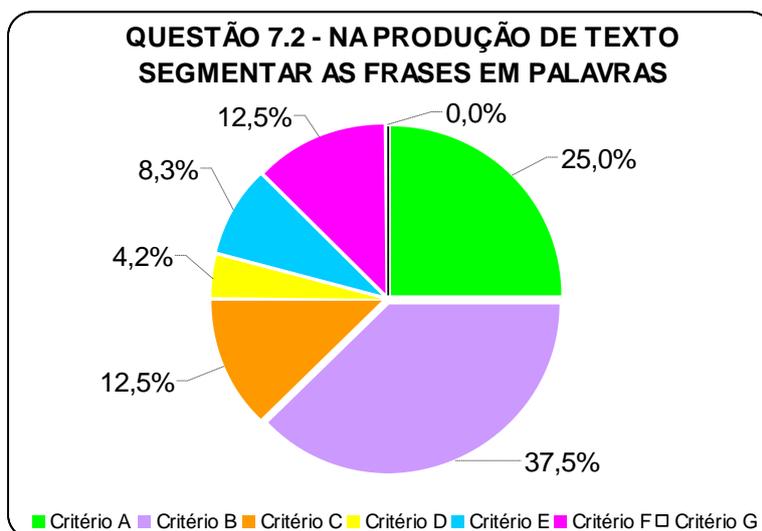


Não apresentaram seqüência lógica na produção de texto, os estudantes “Z”, “M” e “X”, que receberam o critério “F”. Eles fazem parte dos 12,5% da turma.

Os alunos “K” e “R” produziram o texto, atendo-se ao tema proposto, mantendo a coerência textual, porém apresentando pouco desenvolvimento das idéias. Estes receberam o critério “B”.

O caderno de critérios de avaliação considera: “Reconta, com riqueza de detalhes, os fatos de histórias [...] de acordo com a seqüência lógica?” (SME, 2010, p. 81). Notamos que estes critérios contemplam a questão 7.1 da avaliação.

Observamos a seguir o gráfico do resultado do item 7.2, sobre segmentação das frases em palavras:

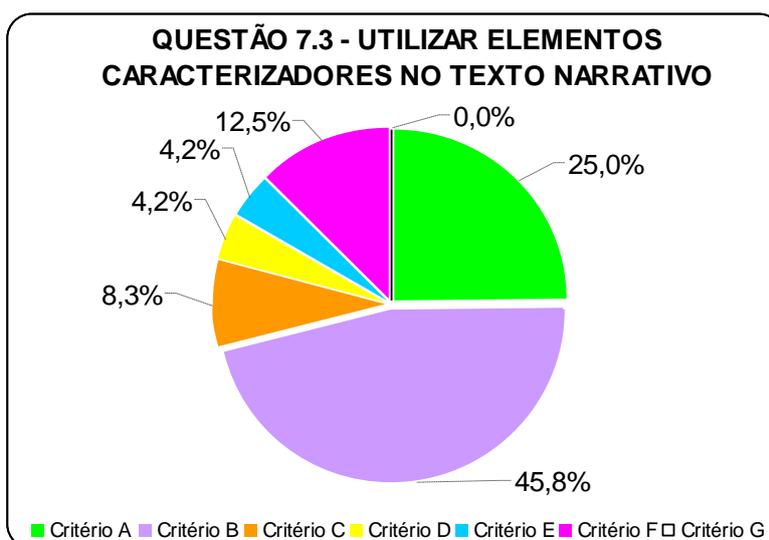


Os alunos “K” e “R” estão entre os 37,5% da classe que atingiram o critério “B”. Já os estudantes “X”, “Z” e “M” ganharam o conceito “F” porque apresentaram escrita ilegível.

Segundo o caderno de critérios de avaliação da aprendizagem escolar (SME, 2010, p. 86): “Segmenta corretamente as palavras quando é necessário fazer a translineação em suas produções textuais?”.

Nesse sentido, averiguamos que os critérios do exercício 7.2 correspondem ao caderno da avaliação da aprendizagem.

Vejam os o ítem 7.3:

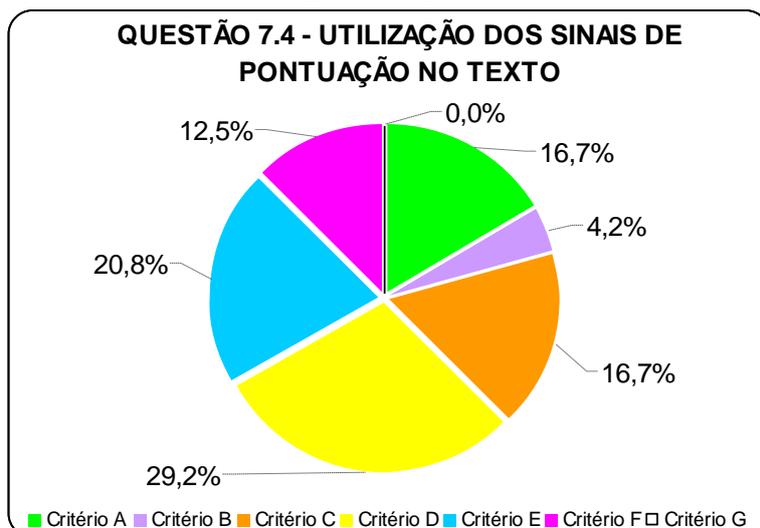


Os alunos “K” e “R” encontram-se no grupo equivalente a 45,8% da classe, isto é, critério “B”. Eles produziram um texto com as características estruturais da linguagem narrativa, porém apresentando utilização inadequada dos recursos lingüísticos.

Os estudantes “Z”, “M” e “X” atingiram o critério “F”, a qual significa escrita ilegível e fazem parte dos 12,5% da turma.

A SME (2010), expõe no caderno de critérios de avaliação da aprendizagem escolar critérios específicos sobre elementos caracterizadores no texto<sup>16</sup>.

No item 7,4 verificamos no gráfico que:



<sup>16</sup> Segue no anexo 3 os critérios específicos sobre elementos caracterizadores do texto no documento “Caderno de Critérios da Avaliação da Aprendizagem”, formulado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

Os alunos “K” e “R” pertencem ao meio percentual do gráfico, a qual se refere o critério “D”. A presença da pontuação ocorreu apenas no final do texto.

Os estudantes “X”, “Z” e “M” receberam critério “F”, pois não apresentaram pontuação e fazem parte dos 16,7% da turma.

Percebemos que no caderno da Secretaria os critérios são mais detalhados do que em relação aos utilizados no item 7.4 (SME, 2010, p. 86): “Utiliza o ponto final? Utiliza o ponto de interrogação? Utiliza o ponto de exclamação? Utiliza os dois pontos? Utiliza o travessão para marcar o discurso direto no diálogo? Utiliza a vírgula para separar itens de listas e datas?”.

### **3. DISCUSSÕES, CONCLUSÕES OU REFLEXÕES**

Concluimos que o caderno de critérios de avaliação da aprendizagem, publicado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba no ano de 2010, foi um documento considerado o alicerce para a fidelidade dos critérios de avaliação utilizado pela Equipe Multidisciplinar objetivando promover ou reter o aluno no 3º ano.

A publicação do caderno de critérios de avaliação da aprendizagem formalizou o que se desejava como resultado ao avaliar os alunos, quais eram os conteúdos que os estudantes deveriam apresentar, mostrando suas capacidades, ou seja, como eles se encontravam no processo de aprendizagem.

Antes de 2010, podemos dizer que, durante as reuniões da Equipe Multidisciplinar não havia um parâmetro documental formalizado que sinalizasse especificamente os critérios avaliativos necessários para o 3º ano.

Anteriormente ao ano de 2010, não havia oficialmente nas escolas municipais de Curitiba, um documento em nível de gestão educacional que orientasse professores e equipe pedagógica sobre os critérios avaliativos que deveriam ser contemplados na situação de ensino-aprendizagem.

Durante o ano de 2010, na prévia realizada pela Equipe Multidisciplinar, não foi consultado o caderno de critérios de avaliação, mas apenas as provas e produções dos alunos. Deduzimos que a ausência de informações objetivas quanto ao diagnóstico dos critérios avaliativos na “prévia” possam prejudicar a clareza da avaliação.

Relembramos que o caderno de critérios foi publicado em junho e a prévia da Equipe Multidisciplinar ocorreu em agosto.

Somente quatro meses depois, isto é, na segunda e última reunião conseguimos identificar os critérios utilizados pela Equipe Multidisciplinar, quando foram examinadas as provas de Língua Portuguesa e Matemática utilizando o caderno de critérios de avaliação.

Concluimos que na reunião final da Equipe Multidisciplinar os critérios avaliativos demonstraram coerência, porque ocorreu a junção entre o que avaliar (uso do caderno de critérios) e o propósito da avaliação (atividades em que se apresentam estes critérios).

Para compreender a organização e constituição da Equipe Multidisciplinar foi necessário ir além da pesquisa documental. Chegamos à conclusão de que a observação foi um instrumento importante para captar detalhes do momento que aconteceu a prévia e a reunião final. Um exemplo disso foi a descoberta de que na prévia os critérios avaliativos não eram claros, mas na reunião final ocorreu o oposto.

Para a garantia da compreensão da intenção de pesquisa foi de primordial importância entender a história para explicar os fatos, ou seja, para concluir se existe a fidelidade dos critérios avaliativos utilizados pela Equipe Multidisciplinar foi necessário conhecer o processo histórico da avaliação em relação ao sistema de ciclos de aprendizagem.

O estudo da literatura sobre a historicidade da avaliação da aprendizagem no ensino ciclado e o funcionamento da Equipe Multidisciplinar, aliada à prática de observação nas reuniões da Equipe permitiu analisar a condição escolar dos alunos do 3º ano retidos e que foram aprovados sem ter condições de progredir no ciclo.

Concluimos que nas provas de Língua Portuguesa e Matemática todas as questões analisadas possuíam critérios avaliativos convergentes com o caderno de critérios da avaliação da aprendizagem.

Contudo, considerando as questões de baixo índice percentual de acerto, ou seja, nas quais os alunos não atingiram o critério “A”, deduzimos que se ocorreram dificuldades da turma nestes exercícios, conseqüentemente ocorreria um maior grau de dificuldade para os alunos retidos e o aprovado sem condições de seguir no ciclo.

Na análise dos 7 exercícios de matemática, concluí-se que os alunos retidos “Z”, “M” e “K” obtiveram 3 critérios “D”. O aluno retido “X” tem indicativo de 4 critérios “D”. Significa que os estudantes tentaram a resolução, mas sem realizar o cálculo adequado e sem obter o resultado correto.

Nas demais questões, os alunos retidos “X”, “Z”, “M” e “K” resolveram parcialmente o exercício apresentando resposta incorreta.

Para tanto, concluimos que os estudantes “X”, “Z”, “M” e “K” foram retidos no 3º ano, ciclo I, porque não atenderam aos critérios de avaliação propostos nas provas e no caderno de critérios de avaliação que foram fielmente usados na reunião final da Equipe Multidisciplinar.

Para a equipe pedagógica da escola, a estudante “R” foi aprovada sem ter condições de seguir no ciclo, mas nas 7 questões analisadas de matemática ocorreu o acerto de duas questões (critério “A”).

Conclui-se que na discussão da equipe multidisciplinar que a aluna “R” apresentou um progresso na aprendizagem e por isso foi tomada a decisão de aprová-la.

Discordamos da aprovação, pois das 7 questões apenas 2 foram respondidas corretamente. As 5 demais questões foram parcialmente respondidas sem apresentar o resultado correto. Isso revela que a aluna atingiu a minoria dos critérios estabelecidos no caderno de critérios de avaliação da aprendizagem.

Embora a estudante tenha apresentado avanços na aprendizagem não atingiu nem a metade das respostas de forma correta, ou seja, não correspondeu a todos os critérios estabelecidos pela própria gestão educacional do município de Curitiba.

Portanto reforçamos a incoerência na aprovação da aluna “R” pelo fato de conseguir atingir somente 28% de acertos em relação aos critérios estabelecidos na avaliação. Percebemos que é um índice extremamente baixo, o que caracteriza um “mundo faz-de-conta” da aprendizagem.

Outra razão pedagógica para aprová-la, nos parece possivelmente à ocorrência da aluna apresentar gradativamente pequenos avanços na aprendizagem. Talvez anteriormente não conseguisse aprender determinados conteúdos, mas que recentemente foram aprendidos.

A gestão educacional faz de conta que estão satisfeitos com a aprendizagem do aluno, a criança chega ao 4º ano com uma imagem “faz de conta” de que aprendeu os conteúdos do 3º ano, porém apresentassem significativas defasagens principalmente na leitura e escrita.

Nas questões analisadas em Língua Portuguesa, a aluna “R” e o aluno retido “K” resolveram parcialmente todos os exercícios, embora não apresentaram acertos nas respostas.

Os estudantes retidos “Z”, “M” e “X” obtiveram na metade das respostas critério “F”, que significa geralmente a escrita ilegível.

Ocorreram dificuldades dos alunos no processo de leitura e escrita principalmente nos momentos de produção do texto que envolve diversos

elementos da Língua Portuguesa, como a compreensão do que se lê e entendimento do que se pretende escrever usando sinais de pontuação, acentuação, sequência lógica de idéias e as características formadoras de um texto narrativo.

Concluimos que os resultados em Língua Portuguesa revelaram maior nitidez do que em relação à Matemática, porque notamos que as respostas dos alunos estavam distantes dos objetivos propostos nas questões pelo fato de ocorrer escrita ilegível nas respostas dos exercícios.

Assim, consideramos válido o acompanhamento detalhado do processo avaliativo que, a nosso ver, reclama uma ação mais efetiva dos critérios de avaliação.

Isso significa que a Gestão educacional estabeleceu um caderno que foi publicado sem a participação da docência na construção deste documento. Parece que ocorre um distanciamento entre o envolvimento de professores no trabalho político de incorporação dos critérios a serem inseridos no caderno.

Portanto, a importância da participação docente não pode apenas estar limitada pela simples presença na reunião da Equipe Multidisciplinar, mas também estar presente num engajamento coletivo para a elaboração dos critérios do caderno. Isto é, de critérios que vão ao encontro de ações correspondentes por parte dos professores, porque são eles que ensinam e devem verificar se ensinaram o suficiente, como também são os avaliadores que estão em contato com a avaliação e com os estudantes inseridos neste processo.

## REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, O. M. Resenha: Reinterpretando os ciclos de aprendizagem. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas Vol.37, nº.132. São Paulo, 2007. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300013). Acesso em: 19/05/2010.
- ARROYO, M., Escola e Movimento Social: revitalizando a escola. **ANDE, São Paulo, n. 12**, 1987.
- BARBOSA, V. R. CORREA, A. A. **Ciclos de aprendizagem: ação ou acomodação**. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Vol. 6, nº. 2. Campo Largo: 2007. Disponível em:  
<http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/article/view/274/182>  
Acesso em: 05/08/2010.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal n.º 9394/96. Brasil: MEC, 1996.
- CONFERÊNCIA REGIONAL LATINO – AMERICANA SOBRE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA GRATUITA E OBRIGATÓRIA. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.26, n.63, jul – set. 1956, p.166.
- DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996.
- FRUET, E. B. **Caderno de Critérios subsidiam elaboração de planos de ensino**. Secretaria Municipal de Educação Curitiba: 2010.  
<http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/noticia.aspx?codigo=19767&Cadernos-de-Crit%C3%A9rios-subsidi%C3%A7%C3%A3o-de-planos-de-ensino>  
Acesso em: 08/08/2010
- KNOBLAUCH, A. **A avaliação de alunos na implantação da proposta de ciclos de aprendizagem no município de Curitiba, à luz da cultura escolar**. 154 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: Cortez, 2008.
- LUNA, S.V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2002.
- MAINARDES, J. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MATTOS, C. D. **As ações da escola ciclada frente aos alunos com dificuldades de aprendizagem: a lógica dos grupos de apoio e das**

**equipes multidisciplinares (um caso de consenso comum entre escola e instâncias superiores).** Monografia (Especialização em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

NAIDITCH, F. Beyond Grade Level. **Educational leadership.** April 2010, Volume 67,| Number 7. Disponível em:<[http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&tl=pt&u=http%3A%2F%2Fwww.ascd.org%2Fpublications%2Feducational\\_leadership%2Fapr10%2Fvol67%2Fnum07%2FBeyond\\_Grade\\_Level.aspx&anno=2](http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&tl=pt&u=http%3A%2F%2Fwww.ascd.org%2Fpublications%2Feducational_leadership%2Fapr10%2Fvol67%2Fnum07%2FBeyond_Grade_Level.aspx&anno=2)> Acesso: 21 de jul. 2010.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação Parecer nº 251/98 de 05 de agosto de 1998. Curitiba, 1998.

PARO, V. H. **Reprovação Escolar: renúncia à educação.** 2 ed. São Paulo: Xamã, 2001.

SALINAS, D. **Prova amanhã! A avaliação entre a teoria e a realidade.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Orientações prévias para a formação da Equipe Multidisciplinar.** SME: Curitiba, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares para a educação municipal de Curitiba. **Ensino Fundamental**, v. 3. SME: Curitiba, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. A escola municipal e os ciclos de aprendizagem. **Projeto de Implementação da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.** Gestão 2001 – 2004. SME: Curitiba, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Cadernos de critérios da avaliação da aprendizagem. **Ensino Fundamental**, v. 2. SME: Curitiba, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Começa a avaliação de 106 mil alunos municipais. Disponível em: <[http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?s\\_ubcan=7&cod\\_not=31522](http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?s_ubcan=7&cod_not=31522)> Acesso: 14 de jan. 2011

VANDERLEY. L.E.W., Educação Popular e processo de democratização. In: **A questão política da Educação Popular**, 4ª ed. São Paulo – SP: Braziliense, 1984.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - TABELA DE RESPOSTAS DOS ALUNOS RETIDOS E DA ALUNA R

#### REGISTRO DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA PROVA LÍNGUA PORTUGUESA

NOME	QUESTÕES									
	1	2	3	4	5	6	7.1	7.2	7.3	7.4
ESTUDANTE Z	C	E	F	D	F	F	F	F	F	F
ESTUDANTE K	B	A	E	D	C	A	B	B	B	D
ESTUDANTE M	B	C	E	D	C	F	F	F	F	F
ESTUDANTE R	A	D	E	C	F	A	B	B	B	D
ESTUDANTE X	B	E	E	E	D	E	F	F	F	F

#### REGISTRO DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA PROVA MATEMÁTICA

NOME	QUESTÕES												
	1	2	3	4a	4b	5	6	7	8	9	10	11	12
ESTUDANTE Z	C	D	B	A	D	D	C	C	D	D	C	A	D
ESTUDANTE K	A	C	D	C	C	B	C	D	C	A	B	A	D
ESTUDANTE M	C	D	B	C	D	D	B	D	C	C	B	A	D
ESTUDANTE R	B	A	A	B	B	C	D	A	B	A	B	A	C
ESTUDANTE X	C	D	D	C	C	D	C	D	D	C	C	B	D

APÊNDICE 2 – TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO.



A/C

Equipe pedagógica da escola.

**TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO**

O questionário será usado para a monografia da pesquisadora Mariana de Oliveira Tozato, do curso de especialização, 10º turma em Organização do Trabalho Pedagógico, na Universidade Federal do Paraná sob a orientação da Professora Doutora Susana da Costa Ferreira. Todas as informações, incluindo as respostas às questões, nome e outros dados, serão tratados com todo o respeito, sem jamais expor os respondentes à identificação pública. Em nenhuma fase do trabalho os nomes ou outros elementos de identificação dos respondentes serão publicados ou divulgados por quaisquer meios.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2011.

---

Mariana de Oliveira Tozato  
Pesquisadora

(x) Estou ciente, respondo o questionário e autorizo as informações.

---

Assinatura da Equipe Pedagógica

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO A EQUIPE  
PEDAGÓGICA DA ESCOLA



QUESTIONÁRIO

- 1) Quais alunos foram indicados à prévia da Equipe Multidisciplinar?
- 2) Quais alunos foram retidos no Ciclo I? E quais são os motivos de cada retenção?
- 3) Algum aluno desta turma foi aprovado sem ter condições de seguir para o ano seguinte? Quais foram às causas?

APÊNDICE 4 – AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NA ESCOLA.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO  
DA PESQUISA NA ESCOLA**

Venho por meio deste documento, informar que a **ESCOLA MUNICIPAL WENCESLAU BRAZ** autoriza a pesquisadora, **MARIANA DE OLIVEIRA TOZATO**, da 10<sup>o</sup> turma do curso de especialização em Organização do Trabalho Pedagógico da Universidade Federal do Paraná, em desenvolver pesquisa na nossa escola.

Declaro para os devidos fins, que estou ciente de que a pesquisadora estará utilizando os documentos fornecidos pela escola para comprovar a validade e a autenticidade de sua pesquisa, porém os dados serão tratados com respeito, sem jamais expor o nome dos alunos, pedagogos e regional de educação a qual a escola pertence.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2011.

Assinaturas:

---

Equipe Pedagógica da escola.

---

Direção da escola.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1 - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE MATEMÁTICA FORMULADO  
PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CURITIBA**

ANEXO 2 – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE LINGUA PORTUGUESA  
FORMULADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CURITIBA

ANEXO 3 - CADERNO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO FORMULADO PELA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CURITIBA